



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Produção industrial cai 12% em dezembro (Folha de S. Paulo) 04/02/09.....	3
Perto do apagão (Folha de S. Paulo) 04/02/09	3
Empresas de alta tecnologia também têm discurso "verde" (Folha de S. Paulo) 04/02/09	4
Apesar da crise, Lula tem aprovação recorde de 84% (Folha de S. Paulo) 04/02/09.....	4
Morte súbita (Folha de S. Paulo) 04/02/09	5
Revendas terão linha de crédito atrelada à manutenção de vagas (Folha de S. Paulo) 04/02/09	6
Dilma anuncia hoje mais R\$ 130 bi para obras do PAC (Folha de S. Paulo) 04/02/09.....	7
DILMA INAUGURA OBRA E DIZ QUE O PAC É "DE CARNE E OSSO" (Folha de S. Paulo) 04/02/09.....	8
País poderá enfrentar "alguns problemas" no trimestre, diz Lula (Folha de S. Paulo) 04/02/09	8
Desemprego aumenta tensão social, e protestos se espalham pelo mundo (Folha de S. Paulo) 04/02/09.....	8
Morador reclama de quedas de energia em rua da zona sul (Folha de S. Paulo) 04/02/09.....	9
Para CNI, País pode ter recessão (O Estado de S. Paulo) 04/02/09.....	9
Lula admite retração após queda da indústria (O Estado de S. Paulo) 04/02/09	10
Presidente promete 500 mil casas (O Estado de S. Paulo) 04/02/09	11
Análise da crise divide o governo (O Estado de S. Paulo) 04/02/09.....	11
Energia sobe para 360 mil em 3 Estados (O Estado de S. Paulo) 04/02/09	12
Transmissão deve receber R\$ 3 bi até 2013 (Gazeta Mercantil) 04/02/09	12
Copel começa a comprar energia de biodigestores (Gazeta Mercantil) 04/02/09	13
Italiana Terna descarta expandir rede no Brasil (Gazeta Mercantil) 04/02/09	14
Produção deve demorar para compensar queda recorde (Gazeta Mercantil) 04/02/09	14
PIB do 4º- trimestre tem a maior retração desde 98 (Gazeta Mercantil) 04/02/09	15
Empresários adotam tom conciliador com o governo (Gazeta Mercantil) 04/02/09	16
Serra mantém-se à frente em pesquisa, mas Dilma cresce (Gazeta Mercantil) 04/02/09	16
Quase 40% dos entrevistados ignoram existência de crise (Gazeta Mercantil) 04/02/09	17
Aneel aplica penas contra à MC² por descumprir edital (Valor Econômico) 04/02/09	18
Distribuidoras da CPFL reajustam tarifa em 11% (Valor Econômico) 04/02/09	19
A crise e o investimento público (Valor Econômico) 04/02/09.....	20
Fusões e aquisições crescem 38% em janeiro (Valor Econômico) 04/02/09.....	21
Colheita de cana superará 500 milhões de toneladas (Valor Econômico) 04/02/09	22
Energia orgânica (Valor Econômico) 04/02/09.....	23
Dow e Santelisa adiam projeto de US\$ 1 bilhão em álcoolquímica (Valor Econômico) 04/02/09	23
Chile quer ser plataforma de exportação para brasileiros (Valor Econômico) 04/02/09.....	24
Petrobras diz que cumprirá todos os projetos do Plano 2009-2013 (Estadão Online 21:08h) 03/02/09	25
Aneel revoga direito da Cibe de construir termoeletricas (Estadão Online 19:21h) 03/02/09	25
Analistas veem no discurso a razão da aprovação de Lula (Estadão Online 18:53h) 03/02/09	26
Brasil precisa de legislação para eólicas, aponta secretário de conselho global (CanalEnergia) 03/02/09.....	27
Celesc PNB fecha em alta de 3,53% (CanalEnergia) 03/02/09.....	27
Revisão tarifária da Nova Palma entra em audiência pública (CanalEnergia) 03/02/09	28
Autorizado reajuste de tarifas de cinco distribuidoras paulistas (CanalEnergia) 03/02/09.....	28
Nível dos reservatórios do Sul atinge 60,1% da capacidade (CanalEnergia) 03/02/09	28
A-3: Cibepar ganha dez dias para depositar garantia de fiel cumprimento (CanalEnergia) 03/02/09.....	29

Eletróbrás: investimentos serão de R\$ 7,244 bilhões em 2009 (CanalEnergia) 03/02/09	29
Copel GT: Aneel recomenda renovação de concessão de usinas (CanalEnergia) 03/02/09	30
Revisão tarifária: consumidores da Energisa Borborema perceberão efeito médio de 1,99% (CanalEnergia) 03/02/09	30
CCC: distribuidoras terão que pagar R\$ 270,624 milhões referente a janeiro (CanalEnergia) 03/02/09	30
Consumidores da ELFSM terão reajuste tarifário médio 3,76% (CanalEnergia) 03/02/09	31
Transmissão receberá investimentos de R\$ 3 bilhões até 2013 (CanalEnergia) 03/02/09	31
Celesc PNB registra queda de 2,12% (CanalEnergia) 03/02/09	32
Camargo Corrêa e Camargo Corrêa Cimentos têm ratings em CreditWatch negativo (CanalEnergia) 03/02/09	32
CEEE amplia consertos em razão das chuvas no RS (CanalEnergia) 03/02/09	33
Furnas investirá R\$ 90 milhões na LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (CanalEnergia) 03/02/09	33
Aneel autoriza início de operação de 104,1 MW (CanalEnergia) 03/02/09	33

SINDICAL

Agenda positiva contra a crise (CUT Nacional) 03/02/09	34
Vitória da classe trabalhadora! (CUT Nacional) 03/02/09	36
Reunião nesta terça bateu o martelo (CUT Nacional) 03/02/09	37
Bahia e Paraíba (CUT Nacional) 03/02/09	37
Pelo cumprimento integral dos acordos coletivos (CUT Nacional) 03/02/09	38
Crise (CUT Nacional) 03/02/09	39
Santander (CUT Nacional) 03/02/09	40
Petroleiros não pagarão a conta da crise (CUT Nacional) 03/02/09	40
Não ao aumento de passagens (CUT Nacional) 03/02/09	40
CNTE/CUT (CUT Nacional) 03/02/09	41
Governo anuncia plano para construção de 500 mil moradias populares em todo país (CUT Nacional) 03/02/09	42
Os trabalhadores e o novo cenário econômico. A CUT frente à crise (CUT Nacional) 03/02/09	42
Bancários do Bradesco recebem PLR na 6ª, dia 6 (CUT Nacional) 03/02/09	42
Evo lança jornal estatal para enfrentar guerra da informação (CUT Nacional) 03/02/09	43
Inflação avança em SP e atinge 0,46% em janeiro, aponta Fipe (CUT Nacional) 03/02/09	44
Pesquisa da Perseu Abramo mostra preconceito contra comunidade LGTB (CUT Nacional) 03/02/09	44
Produção industrial cai 12,4% em dezembro, a mais acentuada redução da história (CUT Nacional) 03/02/09	45
Vigher atrasa pagamentos e ainda quer indenização milionária (CUT Nacional) 03/02/09	45
Agência de Desenvolvimento do Grande ABC vai participar do seminário sobre a crise (CUT Nacional) 03/02/09	46
O autoritarismo continua em São Paulo (CUT Nacional – Ponto de Vista) 03/02/09	46
Crise mundial traz sofrimentos e oportunidades (CUT Nacional – Ponto de Vista) 03/02/09	47
GCM: após dar o sangue, manifestação na Câmara paulistana (CUT/SP) 03/02/09	48
CUT e Agricultores Familiares se reúnem com vice-prefeita de Bauru (CUT/SP) 03/02/09	49
Taubaté: Fórum debate movimentos sociais e sindical (CUT/SP) 03/02/09	49
Sindicato pára Casa 3 contra desrespeito (CUT/SP) 03/02/09	50

Produção industrial cai 12% em dezembro (Folha de S. Paulo) 04/02/09

Dimensão e velocidade inéditas da queda surpreendem IBGE e analistas; produção de 70% dos itens pesquisados recua

Economistas atribuem resultado à retração nas exportações e no crédito e ao temor dos empresários e consumidores com a crise

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

Nunca nem de forma tão rápida a indústria sofreu uma derrocada tão forte como no último trimestre de 2008. Em dezembro, o tombo foi de 12,4% na comparação livre de efeitos sazonais com novembro. Foi a maior queda desde o começo da série histórica do IBGE, em 91.

Em novembro, o índice já havia recuado 7,2%. Em outubro, a queda ficara em 1,4%. Em apenas três meses, a indústria acumulou perda de 19,8%, variação negativa sem precedentes no histórico da pesquisa para período tão curto.

A atual crise bateu com mais força e mais rapidamente na indústria do que a do governo Collor, em 1992, a do México, em 1995, a do racionamento de energia, de 2001, e a da eleição de Lula, em 2002.

"Nunca se viu uma queda tão forte num espaço de tempo tão curto. Desse ponto de vista, o resultado de dezembro surpreende. Houve uma mudança abrupta de cenário", disse Isabella Nunes, do IBGE.

Na comparação com dezembro de 2007, a retração foi mais intensa: 14,5%, também a maior desde 1991. Com isso, o último trimestre fechou com queda de 6,8% ante o terceiro trimestre e de 9,8% em relação a mesmo período de 2007.

Diante de dados tão negativos, a produção da indústria encerrou 2008 com expansão de 3,1%, taxa modesta se comparada com o crescimento de 6,4% acumulado de janeiro a setembro -antes do recrudescimento da crise. Em 2007, a expansão havia sido de 6%.

Com a queda desde outubro, a indústria voltou a produzir no mesmo patamar registrado em março de 2004. E acumulou recordes negativos de produção em diversos setores -só em 7% deles houve expansão, e 70% dos produtos registraram queda em dezembro.

Para Nunes, o movimento de retração "foi intenso e generalizado", mas afetou mais os ramos ligados às exportações e dependentes do crédito. Entre eles, estão veículos, máquinas e equipamentos, metalurgia e indústria extrativa -com destaque para o minério de ferro.

"O que se viu em dezembro foi uma paralisia total da indústria. Ninguém imaginava uma queda tão forte", disse Bráulio Borges, economista da LCA.

Tal retração, segundo ele, ocorreu especialmente na esteira do "medo de empresários de investirem e empregarem, de consumidores de se endividarem e de bancos de emprestarem e não receberem".

Esse efeito subjetivo, avalia, foi mais importante do que a restrição do crédito e a contração da economia global -fatores que também pesaram no fraco desempenho da indústria, segundo ele. "Todo mundo parou, sentou e resolveu esperar para ver."

"A indústria acusou com força o golpe em dezembro. A queda foi generalizada e abrupta. É impressionante como a indústria encolheu em dezembro", diz Rogério César Souza, do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial).

Para o economista Leonardo Carvalho, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o quadro de dezembro apontou "para uma parada geral da produção da indústria", sob efeito principalmente de um elevado nível de estoques. O acúmulo excessivo de estoques, diz, já havia sido verificado -especialmente na indústria automotiva- no momento em que a crise bateu com mais força no setor fabril. "Foi uma triste coincidência, que resultou nessa queda tão forte."

Essa conjunção já afeta a saúde financeira das empresas. "Algumas fábricas já começam a ter problemas. É só ver o número de recuperações judiciais, que tem aumentado. Não esperávamos um número tão ruim, só comparável com a época do Collor", diz Sérgio Vale, da MB Associados.

Perto do apagão (Folha de S. Paulo) 04/02/09

Editoriais/ editoriais@uol.com.br

Declínio acentuado da atividade econômica requer atos excepcionais a fim de evitar choque profundo no emprego

NUM LAPSO de 31 dias, a indústria brasileira recuou quase cinco anos. A freada na produção manufatureira foi tão violenta na passagem de novembro para dezembro que empurrou o volume de bens fabricados para um nível similar ao de março de 2004. Os dados divulgados ontem pelo IBGE surpreenderam até os mais pessimistas.

A produção industrial, que já havia recuado em outubro e novembro -sempre na comparação com o mês imediatamente anterior-, acentuou drasticamente o mergulho em dezembro. No último mês de 2008, as fábricas instaladas no país produziram um volume de mercadorias 12,4% menor que o verificado em novembro.

Não há registro de desempenho tão negativo na série do IBGE, que remonta a 1991. O resultado do quarto trimestre de 2008 foi ruim o suficiente para anular o crescimento industrial de todo o segundo semestre -até setembro, vale lembrar, o setor vinha crescendo em ritmo próximo de 7% ao ano.

A ducha de água gelada do final do ano também cortou à metade a taxa de incremento da produção fabril em 2008. Depois de ter registrado alta de 6% em 2007, o volume de bens fabricados fechou o ano passado com aumento de apenas 3,1%.

Se há algo próximo de um apagão industrial, o Brasil passou por essa experiência em dezembro -e as montadoras foram o segmento que a vivenciou com mais dramaticidade. Para cada 100 veículos produzidos em novembro, 60 foram fabricados no mês seguinte.

Não se espera que a produção industrial tenha permanecido tão fraca em janeiro nem, tampouco, que se mantenha nesse patamar ao longo deste ano -o que significaria um 2009 catastrófico para a atividade e o emprego. O próprio setor automobilístico já começa a reagir, e o consumo de energia elétrica voltou a crescer depois de ter registrado rara queda no final do ano.

A retomada, no entanto, ficará longe de devolver o vigor que a atividade demonstrava até setembro. Sem estímulos adicionais da política econômica, é muito provável que o desempenho do PIB em 2009 caia a menos da metade do ocorrido no ano passado.

Tamanha desaceleração, que já se reflete em redução acentuada de índices e expectativas de inflação, contrasta com juros básicos de 12,75% ao ano. O Banco Central começou a reduzir a Selic apenas no mês passado, apesar de ter retirado, de uma só vez, um ponto percentual da taxa.

A autoridade monetária ainda precisa traduzir em ações audaciosas e preventivas o diagnóstico de que esta é uma crise excepcional, que requer atitudes excepcionais também na definição da taxa de juros. Cortes mais substanciais, anunciados de modo extraordinário, teriam efeito importante sobre o ânimo de empresários, investidores e consumidores.

Deixar o tempo passar, neste contexto, é perder a chance de evitar um choque profundo -e desnecessário- na renda e no emprego dos brasileiros.

Empresas de alta tecnologia também têm discurso "verde" (Folha de S. Paulo) **04/02/09**

TOP >> Ranking do Greenpeace aponta quais são as companhias mais comprometidas com a defesa do ambiente

DA REPORTAGEM LOCAL

Vender-se como uma empresa "verde" é quase uma obrigação nos dias de hoje. Companhias de tecnologia falam da capacidade e da qualidade de seus produtos e se gabam dizendo que adotam processos cada vez mais sustentáveis -o que não deixa de ser, claro, uma bela jogada de marketing.

Para apontar que empresas se saem melhor nessa empreitada, o Greenpeace divulga, desde 2006, o Guia de Eletrônicos Verdes. O mais recente, de novembro de 2008, conferiu à Nokia a posição de líder -a empresa alcançou quase sete dos dez pontos possíveis. A fabricante de celulares foi elogiada por produzir dispositivos com pouco material tóxico e eficientes no consumo de energia.

Já a Nintendo ficou com o pior lugar -alcançou apenas 0,8 ponto- por não eliminar tóxicos de seus produtos e não ter planos para gerenciar o consumo de energia elétrica.

Dell, HP e Lenovo foram criticadas no ranking do Greenpeace por usarem muito material tóxico em seus produtos, como o plástico PVC, que é difícil de reciclar e demora para ser degradado pela natureza.

O ranking é baseado em informações divulgadas pelas empresas.

Algumas empresas divulgam seu investimento em sustentabilidade. A Motorola, por exemplo, afirma ter recolhido, ao longo de oito anos, cerca de 250 toneladas de baterias, que são enviadas para reciclagem na Europa. Desde agosto, a empresa de celulares recupera telefones, rádios e acessórios, como carregadores e fones.

A Apple afirma ter reciclado cerca de 6.000 toneladas de lixo eletrônico em 2006, o que equivale a 9,5% do peso de todos os produtos da marca vendidos nos sete anos anteriores.

A HP inaugura neste mês o Recycling Solution Center, primeiro centro de reciclagem da empresa na América Latina. Situado em Sorocaba (100 km de São Paulo), o centro terá capacidade de cuidar de 12 mil toneladas de produtos por ano.(DANIELA ARRAIS)

Apesar da crise, Lula tem aprovação recorde de 84% (Folha de S. Paulo) **04/02/09**

Pesquisa CNT/Sensus mostra que 72,5% consideram o governo petista ótimo ou bom

Segundo o levantamento, 50% dos brasileiros disseram estar dispostos a sacrificar o salário e reduzir a jornada para manter seu emprego

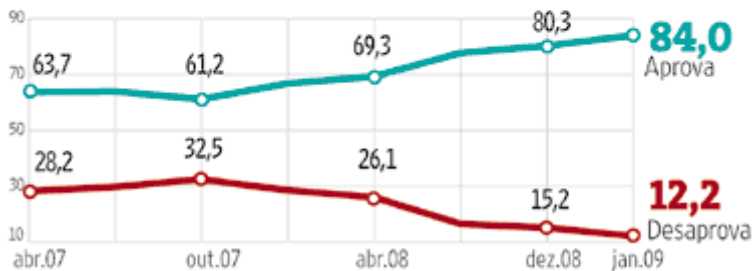
A PESQUISA CNT/SENSUS

Aprovação a Lula cresce apesar da crise

Tem medo de perder o emprego? (em %)



Como avalia o desempenho do presidente? (em %)



Entrevistas: 2.000 pessoas em 136 municípios. Margem de erro: 3 pontos percentuais para mais ou para menos.
Fonte: Pesquisa CNT/Sensus realizada de 26 a 30 de janeiro de 2009

LARISSA GUIMARÃES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A onda de demissões dos dois últimos meses não atingiu a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que obteve em janeiro novo recorde de aprovação pessoal e de seu governo. Pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem mostra que 72,5% consideram o governo Lula ótimo ou bom. A avaliação positiva sobre o desempenho do petista teve crescimento ainda maior e chegou a 84%.

Em dezembro, o presidente já havia alcançado índices recordes: 71,1% (governo) e 80,3% (desempenho pessoal). A última pesquisa Datafolha, divulgada em dezembro, também mostrou que a avaliação positiva de Lula era recorde, com 70% de ótimo/bom.

A pesquisa CNT/Sensus ouviu 2.000 pessoas entre 26 e 30 de janeiro, logo depois de o governo federal ter anunciado o fechamento, em dezembro, de quase 655 mil vagas com carteira assinada no país. Foi o pior desempenho do mercado de trabalho formal nos últimos dez anos, efeito da crise financeira internacional.

A pesquisa aponta que 51% dos entrevistados disseram acreditar na melhora do emprego nos próximos seis meses - o índice era de 47% em dezembro. No entanto, o brasileiro sente os efeitos da crise. Dos entrevistados, 42,7% afirmaram ter receio de perder o emprego. Outros 56,6% disseram conhecer ou ter ouvido falar de alguém que perdeu sua vaga. Metade também disse estar disposta a sacrificar o salário, com redução de jornada, para manter sua vaga de trabalho. Mesmo hoje impossibilitado de concorrer a um terceiro mandato em 2010, Lula é o campeão de menções na pesquisa espontânea - feita antes da apresentação dos nomes dos candidatos. O petista foi lembrado por 21,3%.

Os governadores tucanos José Serra (SP) e Aécio Neves (MG) vêm depois, com 8,7% e 3,9%, respectivamente.

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), que o presidente Lula tenta emplacar como sua sucessora, é citada por 2,5% dos entrevistados.

Já na pesquisa estimulada, no cenário em que disputa com Serra, a petista passou de 10,4% para 13,5% das intenções de voto. O tucano caiu de 46,5% para 42,8%. Heloísa Helena (PSOL) se manteve estável e tem 11,2%. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

"Há relativa alta de Dilma, que a população identifica com o PT", disse Ricardo Guedes, presidente do instituto Sensus.

A pesquisa foi encomendada pela Confederação Nacional do Transporte, presidida pelo empresário Clésio Andrade (PR), que já foi vice de Aécio Neves.

Com Aécio no lugar de Serra, o mineiro tem 23,3% dos votos. Dilma aparece atrás de Heloísa, com 16,4%. A pesquisa foi feita em 136 municípios.

Morte súbita (Folha de S. Paulo) 04/02/09

VINICIUS TORRES FREIRE

"Desmaio" da indústria em dezembro só se compara ao do período do confisco de Collor ou da crise dos 1980

A SENSACÃO que fica é como aquela do torcedor de futebol que vê o time perder o campeonato com um gol na morte súbita. Ou de blecaute geral, de desmaio inopinado. Sim, trata-se da indústria em dezembro. Sabia-se há um mês que a produção das fábricas havia afundado no final 2008. Mas os resultados divulgados ontem pelo IBGE dão a impressão de que a indústria foi abduzida por alienígenas.

Nunca se viu coisa igual desde que temos estatísticas comparáveis da indústria (desde 1991). Talvez tenha havido coisa semelhante no confisco de Fernando Collor, em 1990, ou no colapso da economia no final da ditadura militar, no início dos anos 1980 -mas isso é mera sugestão dos números da indústria tais como aparecem nas contas do PIB, que não são comparáveis com os da nova série mensal do IBGE.

É óbvio que a economia brasileira era então muito diferente e, aparentemente, agora não está em colapso (isto é, com déficits externos ou fiscais enormes, hiperinflação e outras desordens). A comparação com aqueles períodos de desgraça serve apenas para destacar que, estranhamente, o desmaio industrial de agora foi de grandeza semelhante aos dos piores momentos da nossa história econômica.

Pode-se dizer que, não, os dados não surpreendem, dado o tumulto econômico mundial, o maior talvez em 80 anos. Pode ser. Mas a contaminação não foi apenas rápida demais; foi principalmente brusca demais. Mesmo que se leve em conta o corte do crédito externo (vimos esse filme outras vezes). Ou mesmo que se leve em conta a alta brusca dos "spreads" bancários no final de 2008, que ficou entre as duas maiores desde que há registros (2000). A pancada nas exportações, embora forte, não foi de magnitude condizente com o tombo da indústria.

A procura de uma explicação "material" para o tombo inédito não é apenas especulativa. Pode dizer algo sobre o destino da produção nos próximos meses e sobre a relevância das medidas que o governo tem tomado e pode tomar. Dizer que houve um "choque de confiança" não ajuda muito, pois resta a pergunta: por que empresas e bancos anteciparam de modo tão radical os efeitos domésticos do tombo da economia no resto do mundo?

Outro fator da retração aguda pode ter sido o tamanho dos estoques industriais no imediato pré-crise. A economia vinha crescendo a um ritmo anual de quase 7%. E então veio o colapso mundial de setembro, a seca aguda de crédito, a explosão dos derivativos cambiais, o mergulho final das commodities, tudo ao mesmo tempo. Os empresários e banqueiros podem ter decidido, pois, atirar primeiro e perguntar depois. Isto é, na dúvida diante do tumulto, resolveram queimar todos os estoques e desligar máquinas e crédito.

Ainda assim, o tombo foi chocante. Para piorar, foi muito além do apagão nos bens de consumo. A produção de máquinas e equipamentos e de bens intermediários (insumos industriais) também afundou de modo inédito. O apagão, que poderia ser temporário e transformar-se em apenas lentidão, agora é realimentado pelo também brusco aumento nas demissões. Banco Central e governo vão ter de agir mais rápido agora. Muitíssimo mais rápido.

vinit@uol.com.br

Revendas terão linha de crédito atrelada à manutenção de vagas (Folha de S. Paulo) 04/02/09

JULIANNA SOFIA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo deverá fechar na próxima semana o primeiro acordo para criação de uma linha de crédito com dinheiro do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) atrelada à garantia de emprego. O acerto beneficiará o setor de revenda de carros usados, que disporá inicialmente de R\$ 200 milhões para capital de giro das empresas.

Há previsão para que o socorro financeiro aos revendedores de carros seja ampliado, mas isso dependerá de uma avaliação para verificar se realmente não houve demissões no mercado. O setor afirma que a ajuda do FAT poderá chegar a R\$ 1,25 bilhão, além de R\$ 1,25 bilhão em recursos próprios do Banco do Brasil -instituição que operará a nova linha.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, esteve reunido ontem com representantes do Banco do Brasil e do setor de revenda de veículos para negociar os últimos detalhes da medida. Lupi articula para que o presidente Lula divulgue a novidade na semana que vem, quando deve ser anunciado o pacote habitacional. O setor emprega 600 mil funcionários.

O Ministério do Trabalho já encaminhou a proposta da nova linha ao Codefat (Conselho Deliberativo do FAT) -colegiado tripartite que administra o fundo-, e a medida deverá ser aprovada "ad referendum" pelos conselheiros.

Até ontem no início da noite, estava acertado que os juros para os empréstimos de capital de giro serão de 6,75% ao ano. O setor reivindicava entre 6% e 7% ao ano. "Essa será a taxa para o lojista. Mas também está sendo negociado com o Banco do Brasil empréstimo direto ao consumidor, com juro final de, no máximo, 1,55% ao mês", afirmou o deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), interlocutor dos lojistas que esteve presente na reunião.

Compromisso

Segundo o deputado, o setor assumirá o compromisso de não demitir funcionários. Até agora, os revendedores não dispensaram trabalhadores, de acordo com a Fenauto (Federação Nacional das Associação de Revendedores de Veículos Automotores).

"As empresas têm em média cinco funcionários. Não demitem. Se o negócio aperta, fecham a loja. É muito pior", declarou o presidente da entidade, Ilídio Gonçalves.

Segundo ele, em outubro as vendas das lojas apresentaram queda de 55%. Em dezembro e janeiro, houve uma recuperação de 10%. "Ainda estamos perdendo muito. O estoque das lojas apresentou perda de 30% por conta da redução do IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] para carros novos", afirmou.

Na avaliação da Fenauto, a nova linha de crédito com recursos do FAT deverá salvar 10 mil empresas, das 42 mil que existem no país. "São aquelas que têm estoque pago de 20 a 30 carros. Isso não está rodando, o que faz com que o mercado todo de automóveis não rode", disse Gonçalves

O governo ainda negocia com o setor uma carência de um ano para pagamento dos empréstimos para capital de giro. O pleito dos lojistas era de dois anos.

Dilma anuncia hoje mais R\$ 130 bi para obras do PAC (Folha de S. Paulo) **04/02/09**

Valor representa aumento de 26% nos gastos com programa de obras do governo

Verba extra, que inclui projetos do pré-sal, deve vir de novo fundo soberano e do BNDES; previsão de gasto total passa de R\$ 634 bi

SIMONE IGLESIAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) anuncia hoje a ampliação em cerca de R\$ 130 bilhões do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), primeira turbinada de recursos do programa criado em 2007.

Esse valor representa aumento de 26% da previsão inicial para o programa, de R\$ 504 bilhões para R\$ 634 bilhões. O objetivo do governo é estimular a economia na crise.

A maior parte dos recursos adicionais virá do Fundo Soberano Nacional, criado no final do ano passado e que conta com R\$ 14,2 bilhões, e do BNDES, que recebeu um aporte de R\$ 100 bilhões do Tesouro Nacional no mês passado.

Também deverão ser incluídos como recursos do PAC os investimentos que a Petrobras vai fazer para exploração de petróleo na camada do pré-sal. As regras de exploração devem ser definidas neste semestre.

Embora o governo esteja ampliando os recursos do PAC, há dificuldades em gastar o já aprovado. O programa encerrou 2008 atingindo 15% da meta global até então de investimentos públicos e privados previstos até 2010. Dados do comitê de monitoramento do Gabinete Civil da Presidência da República, divulgados pela Folha em dezembro, mostram que, nos dois primeiros anos do PAC, os investimentos privados e públicos (União e estatais) foram de R\$ 98,2 bilhões, com só R\$ 16,9 bilhões vindos da execução do Orçamento da União nos dois últimos anos.

Na reunião ministerial de anteontem, Dilma fez um balanço de uma hora e meia sobre os dois anos do PAC e a necessidade de ampliar recursos como forma de garantir política anticíclica na crise.

Em mensagem enviada ao Congresso, na noite de segunda-feira, com as principais ações para 2009, Lula afirmou que, se o PAC não tivesse sido lançado há dois anos, precisaria criá-lo agora numa conjuntura bem mais complicada.

Na primeira semana do mês, dezenas de prefeitos de Rio de Janeiro, Santa Catarina, Espírito Santo e Minas Gerais foram chamados ao Planalto para apresentar projetos de rápida execução com recursos do PAC, especialmente em obras de drenagem. Nos dias 10 e 11, o governo reunirá todos os prefeitos eleitos para pedir, entre outras coisas, que apresentem projetos que possam ser feitos por meio do programa.

Além do aporte de recursos, Dilma anuncia hoje novas obras do PAC e a "limpeza" que está sendo feita, retirando obras que não evoluíram por problemas de licença ambiental ou burocracia.

Um dia após o anúncio pela candidata de Lula à sua sucessão, ambos inaugurarão no Tocantins a usina hidrelétrica São Salvador, prevista antes para o fim de março, o que para o governo comprovaria o sucesso do programa. Já em março, Dilma iniciará o PAC da Mobilidade Urbana, para preparar o país para a Copa de 2014.

Pré-sal

Para analistas, a ligação entre o PAC, o pré-sal e o projeto político de Dilma está cada vez mais clara: "Com essa decisão [de incluir o pré-sal no PAC], o governo associa definitivamente sua imagem e a de Dilma ao projeto do pré-sal, que, mais uma vez, passa a ser um instrumento de marketing político", diz o economista Gilberto Braga, professor do Ibmec-Rio.

Colaborou SAMANTHA LIMA , da Sucursal do Rio

RUMO A 2010:

DILMA INAUGURA OBRA E DIZ QUE O PAC É "DE CARNE E OSSO" (Folha de S. Paulo) 04/02/09

Na inauguração de uma escola ao lado de uma favela no Rio, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, rebateu as críticas de que o PAC é "um produto de marketing": "O PAC não é isso não. O PAC, e aqui está a prova, é uma obra feita por sonhos e anseios. É uma obra de carne e osso feita para as necessidades da população". Ela foi elogiada pelo governador Sérgio Cabral Filho: "Quero apresentar para vocês a futura presidente do país"

País poderá enfrentar "alguns problemas" no trimestre, diz Lula (Folha de S. Paulo) 04/02/09

JANAINA LAGE
DA SUCURSAL DO RIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o país poderá enfrentar "alguns problemas" neste trimestre e que o governo trabalha com a hipótese de retração na economia ao comentar a queda de 12,4% na produção industrial em dezembro, o maior recuo desde 1991. Segundo ele, a produção sempre cai mais em dezembro do que em outros meses.

"Sempre trabalho com a hipótese de que nós poderemos ter uma retração na economia brasileira, mas não acredito que o Brasil sofra o mal que estão sofrendo os países desenvolvidos", disse.

Para o presidente, o país está resolvendo os problemas de escassez de crédito e citou a injeção de R\$ 100 bilhões em recursos no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a continuidade do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como partes da estratégia do governo.

"Tudo isso vai manter a economia brasileira em atividade muito grande, e eu estou convencido de que no decorrer do ano vamos recuperar parte do prejuízo que nós tivemos em dezembro. (...) Daí acho que, nestes primeiros meses - janeiro, fevereiro e março-, a gente pode ter alguns problemas, mas estou convencido de que, se há um país no mundo hoje preparado para a economia se recuperar mais rapidamente, este país é o Brasil."

Lula afirmou que a estratégia do governo é criar formas de reativar a economia, ao contrário dos países ricos, que estariam apenas colocando dinheiro para salvar bancos. Ele enumerou as orientações no governo, como a manutenção das obras do PAC, a redução do "spread" bancário (diferença entre o que o banco paga para captar recursos e o que recebe pelos empréstimos), o estímulo à manutenção de projetos da iniciativa privada por meio de financiamento do BNDES e o plano estratégico da Petrobras, de US\$ 174,4 bilhões até 2013.

Questionado se pretende incluir o pré-sal no PAC, o presidente respondeu: "Lógico! Lógico! Vai ser convidada toda a imprensa brasileira e estrangeira a, no mês de abril ou em maio, com todos os governadores, pegar um navio e a gente ir lá e retirar o primeiro petróleo de Tupi", disse. Segundo Lula, a Petrobras manterá seu programa de investimentos dentro do calendário previsto.

"Quem estiver apostando que o Brasil vai quebrar vai quebrar a cara antes de o Brasil quebrar", afirmou. A Petrobras deve investir US\$ 28 bilhões na exploração do pré-sal até 2013. Além de garantir uma ingerência maior da Casa Civil, a inclusão do pré-sal no PAC também teria o objetivo de conferir maior agilidade nas decisões.

Lula participou ontem da inauguração de uma escola de cursos técnicos e profissionalizantes, da assinatura de convênios e da entrega de casas a moradores do morro Dona Marta, em Botafogo, zona sul do Rio.

Desemprego aumenta tensão social, e protestos se espalham pelo mundo (Folha de S. Paulo) 04/02/09

DA REDAÇÃO

Uma série de protestos se espalhou pelo mundo, principalmente contra o aumento do desemprego, num reflexo do aprofundamento da crise econômica global.

Na Letônia, o ministro da agricultura, Martins Roze, renunciou ao cargo ontem, pressionado por uma série de piquetes liderados por fazendeiros no país. Roze, que também é acusado de corrupção, deixou o cargo depois que fazendeiros cercaram a sede do ministério e fecharam estradas pedindo melhores condições de trabalho.

No Chile, trabalhadores marcharam ontem pelas ruas de Santiago, em protesto contra a onda de demissões no país. Pediram à presidente, Michelle Bachelet, mais proteção aos trabalhadores.

Ocorreram protestos também na Grécia, onde manifestantes chegaram a explodir uma bomba em frente a uma delegacia de polícia em Atenas. As suspeitas recaem sobre um grupo de extrema-esquerda anticapitalista.

Nas Filipinas, estudantes se concentraram em frente à embaixada americana, culpando os EUA pela onda de desemprego no país.

Houve ainda protestos em Hannover, na Alemanha. No Reino Unido, seguem manifestações contra a contratação de estrangeiros no país.

Com agências internacionais

Morador reclama de quedas de energia em rua da zona sul (Folha de S. Paulo) 04/02/09

DA REDAÇÃO/ A cidade é sua
cidadesua@uol.com.br

Morador do bairro Sete Praias, na zona sul de São Paulo, Gil Roberto Cordeiro reclama das sucessivas quedas de energia nas casas e na rua onde mora sempre que chove ou há ventania forte. Segundo ele, o problema ocorreu em pelo menos cinco ocasiões entre os dias 10 de dezembro e 2 de janeiro. Em todas, a ausência de energia durou no mínimo dez horas -entre os dias 21 e 22 de dezembro, chegou a durar 19 h. Cordeiro disse ter ouvido de funcionários da AES Eletropaulo que a falta de luz ocorre quando cai a chave do fusível de alta tensão.

Reclamações

Segundo ele, várias reclamações foram feitas à concessionária de energia e nada foi feito para pôr fim definitivamente ao problema. Em 2 de janeiro, por exemplo, ele afirma ter ouvido de atendentes da AES Eletropaulo que nada havia sido constatado, embora as casas e a rua estivessem sem fornecimento de energia.

"É de se notar o pouco caso da concessionária", afirmou o leitor, que diz ver "menosprezo" da empresa no atendimento do problema.

Resposta: Em resposta a Gil Roberto Cordeiro, a concessionária AES Eletropaulo informou que está prevista uma manutenção na rede de energia elétrica no bairro Sete Praias, na zona sul de São Paulo, região onde o leitor mora. O trabalho, ainda de acordo com a concessionária, tem previsão para ser concluído neste mês.

Para CNI, País pode ter recessão (O Estado de S. Paulo) 04/02/09

Pesquisa da entidade mostra forte queda na produção

Leonardo Goy, BRASÍLIA

A força do impacto da crise econômica na atividade industrial no último trimestre surpreendeu a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O presidente da entidade, Armando Monteiro Neto, admitiu que o ajuste no setor está sendo "mais forte do que era imaginado". A CNI não descarta a hipótese de a economia brasileira entrar, tecnicamente, em recessão até o fim do primeiro trimestre.

A CNI divulgou ontem que a quantidade de horas trabalhadas na produção caiu 8% em dezembro na comparação com novembro, feito o ajuste sazonal. Trata-se da maior retração na comparação mensal deste indicador desde 2003, quando foi iniciada a atual série histórica. "Esses 8% estão fora do padrão da série. São quase quatro vezes maior do que o recorde anterior", disse o economista-chefe da CNI, Flávio Castelo Branco.

O nível de utilização da capacidade instalada também continua em queda, saiu de 81,4% em novembro para 80,2% em dezembro. Castelo Branco destacou que o conjunto de dados do último trimestre de 2008, comparado com o trimestre anterior, representa o pior desempenho da indústria desde 2003.

Entre o fim do terceiro trimestre, em setembro, e dezembro de 2008, o faturamento real da indústria caiu 10,4%, na série com ajuste sazonal. Sem esse ajuste, a queda chega a 16,2%.

Na comparação de dezembro com novembro, houve alta de 1,4% nas vendas mas, segundo a CNI, isso é apenas um "ajuste de acomodação", depois da forte queda de 11,1%. No resultado anual de 2008, por causa do bom desempenho dos três primeiros trimestres, as vendas das indústrias cresceram 5,7%.

Para evitar que a crise se agrave, o presidente da CNI defende que o Banco Central dê mais agilidade às decisões relativas à taxa básica de juros. Para ele, há espaço, ainda no primeiro semestre, para que a Selic, hoje em 12,75%, caia

para menos de 10%. "O BC está dançando em um ritmo diferente do da economia. Precisa ser mais ágil", afirmou Monteiro Neto.

Para ele, a indústria deve continuar a trajetória de desaceleração no primeiro trimestre, mas em ritmo mais suave do que o verificado nos últimos três meses de 2008. "Não imaginamos que o tombo do quarto trimestre se repita no primeiro trimestre de 2009". Assim, a atividade da indústria deve se estabilizar e começar a mostrar alguma recuperação no segundo trimestre.

Lula admite retração após queda da indústria (O Estado de S. Paulo) 04/02/09

Presidente afirma que País terá problemas, mas só no 1.º trimestre

Wilson Tosta e Alberto Komatsu, RIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu ontem, pela primeira vez publicamente, que a crise internacional poderá causar uma "retração" na economia brasileira, mas afirmou que serão mantidos todos os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Petrobrás. "Quem estiver apostando que o Brasil vai quebrar, vai quebrar a cara antes de o Brasil quebrar", declarou, em entrevista ao fim de visita ao Morro Dona Marta, em Botafogo, na zona sul carioca. O presidente disse esperar que a economia do Brasil recue menos que a dos países desenvolvidos e declarou acreditar que os "problemas" se concentrarão no período até março próximo. Ele também minimizou a queda da produção industrial de 12,4% em dezembro, para ele sazonal.

"Eu trabalho com a hipótese de que poderemos ter uma retração na economia brasileira, mas não acredito que o Brasil sofra o mal que estão sofrendo os países desenvolvidos", afirmou o presidente que, em outubro, chegara a dizer que a crise seria um tsunami nos EUA, mas aqui, se chegasse, seria uma marolinha que não daria nem para esquiatar.

"Temos um problema que é nosso, o do crédito, que estamos trabalhando para resolver, o dinheiro que disponibilizamos no BNDES, dinheiro do FAT, ou seja, tudo isso, vai manter a economia brasileira numa atividade muito grande. E eu estou convencido de que no decorrer do ano vamos recuperar parte do prejuízo que tivemos em dezembro." Lula enumerou medidas que seu governo tomou contra a crise. "Primeira decisão: não parar nenhuma obra do PAC. Segunda decisão: reduzir spread bancário. Terceira decisão: manter todos os projetos da iniciativa privada, financiada pelo BNDES, em total atividade. Quarta decisão: manter todos os investimentos da Petrobrás, que são US\$ 174 bilhões até 2013", afirmou.

"Daí porque eu acho que em janeiro, fevereiro e março a gente pode ter alguns problemas, mas estou convencido de que se tem um país no mundo hoje preparado para a economia se recuperar mais rapidamente, esse país é o Brasil." O presidente mais uma vez elogiou a política econômica que seguiu no primeiro mandato.

Em tom entusiasmado, Lula afirmou querer dar sinais concretos de que, no momento de crise, os governantes, precisam cuidar do País, do Estado e da cidade. "Este País tem uma chance extraordinária.", afirmou. "Eu dizia sempre: a Europa teve a chance no século 19, os Estados Unidos no século 20... Por que é que o século 21 não pode ser o século do Brasil?"

Lula afirmou estar preparado para que o Brasil saia da crise mais forte, crescendo mais, com mais emprego e mais distribuição de renda. "É um desafio? É. Mas nunca tive nada de graça na minha vida. Tudo o que conquistei foi com muito desafio. E esse é mais um desafio que quero enfrentar", afirmou o presidente.

FRASES

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

"Quem estiver apostando que o Brasil vai quebrar vai quebrar a cara antes de o Brasil quebrar"

"Este País tem uma chance extraordinária. Eu dizia sempre: a Europa teve a chance no século 19, os Estados Unidos, no século 20... Por que é que o século 21 não pode ser o século do Brasil?"

Presidente promete 500 mil casas (O Estado de S. Paulo) 04/02/09

Plano habitacional deverá ser anunciado dentro de dez dias, diz Lula

Wilson Tosta e Alberto Komatsu

O governo planeja anunciar em 10 dias um pacote habitacional para construir 500 mil moradias, antecipou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em visita em Manguinhos, zona norte do Rio. Na inauguração do Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, o presidente disse que o programa é uma forma de combater a crise com a criação de empregos.

"Nessa crise mundial, em que todos os países ricos estão passando maus bocados, nós vamos tentar mostrar que eles, que há quatro anos ficavam ditando regras e o que a gente tinha de fazer aqui, vamos agora dizer: façam o que nós estamos fazendo, para que vocês possam recuperar a economia de seus países", discursou Lula.

O anúncio do pacote, segundo Lula, será feito pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pelo ministro das Cidades, Márcio Fortes (ambos presentes no evento) e pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

As 500 mil moradias, segundo Lula, não incluem unidades habitacionais financiadas e já anunciadas pela Caixa Econômica Federal. Há duas semanas, a presidente do banco, Maria Fernanda Ramos Coelho, disse que negociava com o governo mudanças nos critérios de financiamento popular para enfrentar a crise. Entre elas, estaria a criação de um seguro para garantir o pagamento das prestações e o aumento do valor do imóvel financiado com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Ainda como parte do programa do governo de aumentar o número de moradias populares, Lula afirmou que está sendo realizado um levantamento de imóveis abandonados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas em boas condições, para oferecer mais moradias à população carente. "Vamos pegar esses prédios que já estão prontos. Se eles tiverem condições para serem habitados, vamos colocar o povo para morar lá dentro", disse Lula.

O presidente passou parte da tarde na favela, onde visitou uma nova escola do governo estadual e participou da assinatura de convênios nas áreas de habitação e segurança pública, na quadra da Mocidade Unida do Santa Marta. Ali, assistiu a uma rápida apresentação da bateria e de uma dupla de mestre-sala e porta-bandeira.

Análise da crise divide o governo (O Estado de S. Paulo) 04/02/09

Alguns técnicos admitem que País pode ter recessão

Fabio Graner e Beatriz Abreu, BRASÍLIA

Os sinais inequívocos de que a produção industrial desabou no fim do ano passado reforçam análises de técnicos do governo de que, dificilmente, o país escapará de uma "recessão técnica" no fim do primeiro trimestre de 2009, caracterizada pela queda da produção por dois trimestres seguidos. Essa avaliação ganha força quando se observa que a queda de 12,4% em dezembro ante novembro do ano passado foi disseminada na indústria, o que indicaria uma lenta capacidade de recuperação.

A tese da "recessão técnica", porém, não constitui, pelo menos por ora, um consenso no governo. Os que sustentam que o primeiro trimestre não repetirá a queda esperada nos últimos três meses de 2008 chamam a atenção para o processo de venda de estoques das indústrias. Numa reação ao agravamento da crise, os empresários teriam optado por desovar os estoques e assim devem ser traduzidos os dados divulgados pelo IBGE, na avaliação de um economista da equipe econômica.

O fato, no entanto, é que ninguém no governo é capaz de afirmar que o processo de venda dos estoques da indústria tenha se encerrado, o que jogaria o problema para janeiro e, possivelmente, fevereiro. A percepção desse economista é a de que existem timings diferentes para os mais diversos setores. O mais provável é que há indústrias que retomariam a produção no fim do primeiro trimestre. Essa é a aposta do governo. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com discurso mais sintonizado com os efeitos da crise sobre a economia, falou em retração para 2009 e em um primeiro trimestre "difícil". "Mas depois vai melhorar."

A expectativa de Lula é que o setor privado responda aos estímulos do governo à retomada da atividade econômica. Mesmo assim, o discurso para levantar o otimismo não coloca as previsões pessimistas em segundo plano. Ou seja, o País não entrará em recessão, mas tampouco terá o expressivo crescimento de 4%, que no fim do ano passado

embalava as projeções da equipe econômica. A possibilidade de a economia crescer entre 1% e 2% já é considerada uma hipótese otimista.

Lula quer um resultado. "Nos bastidores, a palavra de ordem é trabalhar em estado de guerra", disse um assessor. "Não estamos vivendo um momento de normalidade, e o governo tem que agir", insistiu, ao se referir às medidas de estímulo com as quais Lula acredita que poderá convencer o setor privado a retomar a produção.

Para o presidente, desde setembro, quando a crise atingiu a fase mais aguda, a ação do governo foi para socorrer instituições financeiras e garantir crédito ao sistema financeiro. Agora, o foco está na produção. Por isso, o reforço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estimado em R\$ 120 bilhões, os recursos extras para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que teve o orçamento reforçado em R\$ 100 bilhões, e o plano estratégico da Petrobrás, que prevê investimento de US\$ 174,4 bilhões até 2013.

NÚMEROS

12,4 %
foi a queda da produção industrial em dezembro de 2008, em relação a novembro

R\$ 120 bilhões
é o valor do reforço ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

R\$ 100 bilhões
é o valor destinado a reforçar o orçamento do BNDES e aumentar o crédito às empresas

R\$ 174,4 bilhões
é o valor dos investimentos da Petrobrás até 2013

Energia sobe para 360 mil em 3 Estados (O Estado de S. Paulo) 04/02/09

LUZ MAIS CARA

Cinco distribuidoras de energia que atuam no interior paulista, parte de Minas e Paraná e que servem a 360 mil clientes tiveram suas tarifas reajustadas. As tarifas da Companhia Jaguari de Energia (CJE) foram reajustadas em 8,67% para as residências e em 9,80% para as indústrias. A Companhia Luz e Força Mococa subiu 4,77% para as residências e 7,7% para as indústrias. A CPFL Leste Paulista subiu 7,27% para as residências e 18,76% para as indústrias. A CPFL Sul Paulista reajustou em 8,88% para as residências e em 12,48% para as indústrias. A CLFSC subiu 14,62% para as residências e 5,69% para as indústrias.

Transmissão deve receber R\$ 3 bi até 2013 (Gazeta Mercantil) 04/02/09

São Paulo, 4 de Fevereiro de 2009 - Os investimentos no setor de transmissão de eletricidade devem ultrapassar os R\$ 3 bilhões até 2013 no Brasil. A informação é de Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia.

A estimativa da EPE faz parte do Plano de Expansão de Transmissão (PET), divulgado ontem, e prevê a licitação e construção de 2,5 mil quilômetros de linhas e 22 subestações. "Serão recursos oriundos da iniciativa privada", explica Tolmasquim. Segundo o executivo, os projetos listados deverão ser licitados a partir de março deste ano e a previsão da estatal é realizar dois leilões a cada ano para venda dos lotes das linhas de transmissão (LT) e subestações.

"A região que mais receberá recursos é a Centro-Oeste, com R\$ 1,027 bilhão, para a instalação de 1,015 mil quilômetros de linhas de transmissão", comenta o presidente da EPE. "Vamos reforçar o sistema de transmissão da região por dois motivos principais: usinas do rio Madeira) instaladas em Rondônia, com linhas que irão cortar a região Centro-Oeste) e as diversas PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) localizadas no Mato Grosso que, depois dos investimentos, poderão escoar a sua energia para o sistema", diz Tolmasquim.

Rondônia, Acre e Mato Grosso estão no topo da lista dos estados que receberão mais aportes, justamente por estarem na rota do linhão que ligará as usinas do Madeira ao sistema interligado nacional (SIN). "Nos três estados os aportes deverão chegar a R\$ 1 bilhão até 2013", afirma.

Tolmasquim explica que os leilões das linhas de transmissão do rio Madeira foram realizados no ano passado, mas o novo PET prevê a expansão da rede de transmissão do Complexo Madeira, que está sendo erguido em Rondônia e será formado por duas hidrelétricas - Santo Antônio e Jirau -, para Cuiabá e Acre a partir de 2011. "Se as primeiras máquinas do Madeira entrarem em operação antes do esperado (2012/2013), a linha já estará pronta para enviar a energia para outras regiões", justifica.

Mais recursos no Sudeste

"Depois do Centro-Oeste, a região que será contemplada com maior volume de recursos é a Sudeste, com destaque para São Paulo", pontua Tolmasquim. No total, o Sudeste deve receber montante de R\$ 998 milhões. "Vamos aumentar a confiabilidade do sistema da região", diz o presidente da EPE. Só em São Paulo, serão aportados R\$ 442 milhões para a instalação de cinco subestações até 2011, detalha Tolmasquim.

Os investimentos em expansão das linhas de transmissão do País são reflexo dos aportes brasileiros nos setores de geração de eletricidade, além do aumento da demanda. "Hoje nós temos um sistema de transmissão muito robusto, mas ele precisa ser expandido já que as LTs têm que acompanhar o crescimento de demanda e oferta", diz o executivo.

Crise financeira

Questionado sobre se a crise financeira mundial pode ser um entrave no desenvolvimento destes projetos, Tolmasquim é enfático: "Não irá atrapalhar, porque são investimentos seguros, com garantia de receita", diz. Segundo ele, os investidores, antes de ingressarem nos leilões para disputar as concessões, calculam exatamente quanto pode ser o deságio (desconto oferecido durante o leilão pelo interessado no lote), de forma que o negócio continue rentável. "Investimento em linha de transmissão não tem risco. É receita garantida", ressalta o presidente da EPE.

Tomalsquim diz que a escassez de crédito também não deve afetar o setor. "A questão da restrição de crédito existe, mas o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem aceito esse tipo de negócio já que o contrato tem garantia de geração de receita".

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(Roberta Scrivano)

Copel começa a comprar energia de biodigestores (Gazeta Mercantil) 04/02/09

Curitiba, 4 de Fevereiro de 2009 - Historicamente sempre planejado com base em grandes empreendimentos, o setor elétrico brasileiro quebrou ontem um paradigma, inaugurando uma fase em que se demonstra a viabilidade técnica, econômica e ambiental da geração abaixo de 1 megawatt com a assinatura dos primeiros contratos do País pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) de aquisição de energia elétrica gerada a partir de biogás, energético resultante da biodigestão de dejetos de animais.

Esse tipo de fornecimento de energia, denominado geração distribuída, foi criado por decreto presidencial em julho de 2004 e posteriormente regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Porém, faltava definir padrões de operação, que só foram alcançados a partir de testes promovidos em uma iniciativa conjunta da Itaipu Binacional, Copel e Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), no Oeste paranaense.

Após muitos testes realizados no decorrer de 2008, com resultados bastante satisfatórios, a Copel fez uma "chamada pública" lançada no início de janeiro para comprar energia excedente dos projetos. As empresas que atenderam a chamada e comercializarão a eletricidade proveniente de biodigestores são a Sanepar (Estação de Tratamento Ouro Verde, de Foz do Iguaçu), Granja Columbari (suínos, em São Miguel do Iguaçu), Cooperativa Lar (produção de suínos, criação de aves e frigorífico de aves) e StarMilk (produção leiteira). São seis contratos, que totalizam potência de até 524 kW (quilowatts), energia suficiente ao atendimento de uma centena de moradias de padrão médio.

Segundo Rubens Ghilardi, presidente da Copel, os projetos de geração descentralizada no meio rural historicamente esbarravam num sério problema de ordem operacional e de segurança: a geração em paralelo com as redes de distribuição da concessionária exporia os eletricitistas ao risco de acidentes, o que foi resolvido pelas empresas. A autorização para este tipo de aquisição foi concedida no final de julho de 2008 pela Aneel. "Além de criar uma receita adicional aos produtores, a compra reforça as disponibilidades de energia para atendimento ao mercado consumidor", disse.

"Foi um trabalho de dois anos em que a Itaipu atuou de forma coordenada com duas empresas estatais do Paraná para o desenvolvimento dessa nova modalidade de geração, que pode representar pouco em termos de potência

acrescentada, mas que significa muito em termos econômicos para os produtores rurais", afirmou o diretor-geral brasileiro da Itaipu, Jorge Samek. A Granja Colombari, que foi o primeiro dos seis protótipos a entrar em operação, produz 384 kilowatts/hora por dia, a partir dos dejetos de 3 mil suínos. A expectativa é vender, em média, um terço dessa carga para a Copel. Estudos iniciais sobre a rentabilidade do negócio indicam que a comercialização de energia deverá proporcionar uma receita mensal de até R\$ 1.000 para a Colombari. O principal trabalho das equipes de técnicos da Copel e Itaipu no projeto piloto realizado na Granja Colombari em São Miguel do Iguazu foi o de desenvolver um sistema simples, eficaz e de baixo custo que gerenciasse e compatibilizasse a geração de energia pelo produtor rural com os requisitos de segurança da concessionária para evitar acidentes com eletricitistas e demais encarregados de operar e manter as redes de distribuição.

Segundo o superintendente de Energias Renováveis da Itaipu, Cícero Bley, "a somatória de muitos pequenos produtores é bastante interessante do ponto de vista energético, especialmente hoje em dia, em que as mudanças climáticas impõem a necessidade de desenvolver cada vez mais as fontes renováveis de energia". "Tão importante quanto tornar comercialmente viáveis os projetos de pequeno porte, é o benefício ambiental", disse Ghilardi. (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(Norberto Staviski)

Italiana Terna descarta expandir rede no Brasil (Gazeta Mercantil) 04/02/09

4 de Fevereiro de 2009 - O presidente executivo da empresa italiana Terna SpA, Flavio Cattaneo, afirmou ontem que a companhia não pretende realizar novas expansões de suas operações no Brasil.

A companhia controla no Brasil a Terna Participações, holding que opera por meio das subsidiárias TSN (Transmissora Sudeste-Nordeste) e Novatrans Energia a implementação e operação de transmissão de energia.

Questionado sobre os negócios no Brasil durante entrevista a jornalistas realizada ontem, quando apresentou o plano de investimentos da empresa para o período 2009-2013, de € 3,4 bilhões, Cattaneo admitiu que a empresa poderia considerar a venda da operação brasileira, mas somente se algum comprador se dispor a pagar o dobro do valor atual dos ativos.

Atualmente, a Terna Participações é o segundo maior grupo de transmissão de energia elétrica não estatal do Brasil e o terceiro maior do setor considerando as empresas estatais. (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 3)(Reuters Milão (Itália))

Produção deve demorar para compensar queda recorde (Gazeta Mercantil) 04/02/09

Rio de Janeiro, 4 de Fevereiro de 2009 - Alguns ramos da indústria começam a se levantar do tombo da produção no final do ano passado. Levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Gazeta Mercantil mostra que metade dos ramos industriais aumentou, ainda que timidamente, o uso da capacidade instalada em janeiro. Mas os estoques continuam excessivos e a demanda vai mal para a maioria dos segmentos investigados - num triste sinal de que o setor deve demorar para compensar o corte histórico de 12,4% na produção de dezembro, informado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"A indústria chegou ao fundo do poço? Não sabemos. Talvez o setor automotivo tenha alguma recuperação, mas não sabemos em que velocidade", afirma Aloisio Campelo, responsável pelas sondagens do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV.

O segmento de material de transporte e a indústria mecânica, fortemente vulneráveis ao crédito, reduziram estoques em janeiro. São as montadoras que começam a sair do fundo do poço, com aumento do uso de capacidade instalada também. As indústrias química e de matérias plásticas melhoraram a percepção para o nível de estoques, demanda e uso das instalações segundo a pesquisa da FGV. Produtores de alimentos e celulose também estão mais otimistas do que pessimistas no que diz respeito à demanda, mas continuam desalentados com relação aos estoques.

Consumo interno

Para Campelo, a onda de demissões em segmentos afetados por escassez de crédito e esfriamento da demanda internacional pode ameaçar a retomada de outros ramos até então embalados pelo consumo interno, que demonstram

mais ânimo neste começo de ano. Menos salários pagos e menos compras contaminam a cadeia produtiva. Mais dependentes de renda, ramos como o de alimentos e remédios, podem sentir nos próximos meses a crise, disse.

A Pesquisa Industrial Mensal de dezembro, divulgada ontem pelo IBGE, mostra a contaminação da crise na produção de bens não duráveis, sustentados pela demanda interna. André Macedo, um dos responsáveis pela pesquisa do IBGE, avalia que a queda na demanda por bens finais já afeta toda a cadeia da indústria. "A produção de bens finais já está afetando a de intermediários", disse. A produção de não duráveis ficou 4,2% menor em dezembro, após um corte suave de 1%.

Todas as categorias cortaram mais a produção em dezembro. Fabricantes de bens de consumo duráveis, liderados por automóveis e eletrodomésticos, que já tinham cortado em 20,4% a produção em novembro, acentuaram a queda para 34,3% em dezembro. O corte de 22,9% nos bens de capital assusta ainda mais quando detalhado: máquinas e equipamentos encomendados para a indústria, houve queda da ordem de 31%. Em bens intermediários segundo o IBGE, o resultado de dezembro foi o menor desde os -13,5% de maio de 1995 e o quinto recuo consecutivo, com perda de 20,6% entre julho e dezembro.

A indústria cresceu 3,1% em 2008, metade da taxa anterior à crise, de 6,4%. A redução de 12,4% entre novembro e dezembro foi a maior de todo o período apurado pelo IBGE, iniciado em 1991. A produção voltou ao nível de quase cinco anos atrás. O resultado reflete o reduções na produção de 25 dos 27 ramos pesquisados. Somente papel e celulose (0,4%) e outros equipamentos de transporte (6,7%) escaparam dos cortes. O desempenho da indústria de veículos automotores, com queda de 39,7%, foi o principal impacto negativo no índice global, seguido por máquinas e equipamentos (-19,2%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-48,8%), metalurgia básica (-18,3%), borracha e plástico (-20,1%), indústria extrativa (-11,8%) e outros produtos químicos (-9,0%). "Esse quadro de queda generalizada foi especialmente marcado pelo movimento de setores mais sensíveis à restrição de crédito e a queda das exportações de commodities", assinala a pesquisa do IBGE.

Aeronaves e energia

Também só escapam da redução de investimentos a fabricação de aeronaves (da Embraer) e de material para energia elétrica. O IBGE registrou recuo na produção de máquinas e equipamentos para agricultura, para construção civil e para material de comunicação e informática, que refletem queda nas compras de celulares.

A pesquisa do IBGE mostra como o comportamento da indústria brasileira mudou abruptamente nos últimos meses. O quarto trimestre de 2008 frente ao trimestre anterior, com recuo de 9,4%, interrompe sequência de doze trimestres consecutivos de crescimento, período que o setor industrial acumulou 16,5%, apontando para uma reversão em curto tempo. (Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 7)(Sabrina Lorenzi)

PIB do 4º- trimestre tem a maior retração desde 98 (Gazeta Mercantil) 04/02/09

São Paulo, 4 de Fevereiro de 2009 - A economia brasileira encerrou o último trimestre do ano passado com a maior queda desde os três primeiros meses de 1998, quando os efeitos da crise asiática levaram o Produto Interno Bruto (PIB) a uma retração de 1,8% na margem. Para economistas consultados pela Gazeta Mercantil, o tombo de 12,4% da produção industrial em dezembro do ano passado, mais intenso do que o esperado pelo mercado, aponta para um recuo entre 1,8% e 2,3% do PIB nos três últimos meses de 2008 em relação ao trimestre anterior. Os dados das Contas Nacionais serão divulgados somente no dia 10 de março.

Os analistas divergem, no entanto, sobre a trajetória do nível de atividade no início do ano. Se, por um lado, a recuperação das vendas de veículos de dezembro para janeiro, por exemplo, sugere que a indústria deve ter voltado a crescer, por outro, o segmento de bens intermediários conta com uma demanda externa desfavorável para desovar excedentes domésticos.

O economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges, revisou a projeção de queda do PIB para o último trimestre do ano passado em relação aos três meses anteriores, de 1,5% para 1,8%. Para o consultoria, a retração deve ser puxada pelo declínio de 8,7% nos investimentos. "Se retirássemos isso da conta, o PIB ficaria no zero a zero. O grande baque veio do investimento, impacto pela queda na confiança dos empresários."

Na avaliação de Borges, o grosso do ajuste pode ter se concentrado no final de 2008 e a tendência para este início de ano é de recuperação, sinalizada pelo aumento de 6% nos licenciamentos de automóveis e comerciais leves e de 0,6% no consumo de energia elétrica de dezembro para janeiro. "Os indicadores de janeiro mostram taxas negativas em relação a igual mês de 2008, mas crescimento em relação a novembro", diz. O economista acrescenta que há uma "boa

probabilidade" de crescimento de 0,5% do PIB no primeiro trimestre de 2009 na margem. Para o ano, a projeção é de expansão de 2,5%.

Cláudia Oshiro, da Tendências Consultoria Integrada, prevê uma retração maior do PIB no trimestre passado, de 2,3%. A economista concorda que o desempenho do setor automotivo em janeiro pode sinalizar uma retomada da produção industrial, mas aguarda outros indicadores para refazer as projeções de 2009. "O setor automotivo teve um certo ajuste de estoques. Pode ser que a produção tenha aumentado um pouco", diz a analista, que deve reduzir a projeção de crescimento do PIB do ano, atualmente em 2,6%.

O economista-chefe da corretora Convenção, Fernando Montero, também espera uma queda superior a 2% na economia no último trimestre do ano passado. Para os três primeiros meses de 2009, o economista previa inicialmente estabilidade do PIB em relação ao trimestre anterior, mas, com a forte retração da indústria em dezembro, não descarta uma nova queda – o que configuraria um quadro de recessão técnica. "O importante é entender o que acontece com os estoques, mas há alguns sinais de que eles estão aumentando e outros de que estão caindo", diz Montero, que espera que o setor de serviços ajude a sustentar uma expansão de 2,2% do PIB em 2009.

Um sinal que preocupa, na avaliação do economista da Convenção, é o cenário para o mercado externo no início deste ano, que, normalmente, é um canal para a desova de excedente de bens intermediários. "O quadro mundial, no entanto, está longe disso. Hoje, não há o que fazer com esse excedente de oferta. A balança não reage e a produção desaba em segmentos pesados e normalmente rígidos, fazendo um estrago na indústria", diz Montero.

A queda na produção reforça as apostas em um novo corte de um ponto percentual da taxa básica de juros em março. "Vai ser difícil o Banco Central não cortar em mais um ponto", afirma Montero.
(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 7)(Ana Carolina Saito)

Empresários adotam tom conciliador com o governo (Gazeta Mercantil) 04/02/09

São Paulo, 4 de Fevereiro de 2009 - Os empresários que participarão da reunião com o governo de acompanhamento da crise que se realiza hoje em Brasília devem adotar uma postura conciliadora. Neste segundo encontro, os atritos devem ser deixados de lado para concentrar o foco em temas como desoneração de investimentos, expansão do crédito e redução do spread bancário, entre outras propostas.

Um documento com propostas dos empresários foi elaborado durante almoço realizado na segunda-feira na sede da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) para balizar a posição dos setores no contato com o governo federal.

De acordo com José Velloso, vice-presidente da Abimaq, os atritos registrados no encontro anterior não devem se repetir. "Agora temos de ir com propostas, trabalhar sobre elas e deixar as diferenças de lado. Os pontos antagônicos serão deixados fora da sala", afirma Velloso.

A retração de 22,2% da atividade do setor de bens de capital em dezembro apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirma o quadro de retração que a Abimaq constatou em 15 de janeiro. Segundo Velloso, na última sondagem realizada no mês passado, a retração atingiu 23,9% na indústria de máquinas e equipamentos. Esta queda levou os empresários a revisar a estimativa de corte de vagas em 2009. Para Velloso, as 20 mil demissões esperadas devem ser superadas. "O ano de 2009 está perdido", afirma Velloso.

Para o vice-presidente da Abimaq, o risco que se corre é o de efeito dominó. Os trabalhadores do setor de bens de capital ganham, em média, R\$ 2.500,00 por mês. "Quem está demitindo são as indústrias que pagam melhor", afirma. A perda de emprego atinge principalmente o contingente com poder aquisitivo para fazer as compras mais caras como a de automóveis. "Temos trabalhado no sentido de minimizar a crise mas ela veio muito rapidamente de uma forma bastante forte", afirmou Velloso.
(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 7)(Jaime Soares de Assis)

Serra mantém-se à frente em pesquisa, mas Dilma cresce (Gazeta Mercantil) 04/02/09

Brasília, 4 de Fevereiro de 2009 - Os dois prováveis candidatos do PSDB à Presidência da República em 2010, governadores José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), continuam com a preferência do eleitorado, de acordo com pesquisa divulgada ontem pelo Instituto CNT/Sensus. Apesar disso, os números demonstram queda das preferências em Serra e Aécio e aumento do número de eleitores indecisos e da provável candidata do PT, a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil.

Em votação estimulada, quando a pergunta é feita para que o entrevistado escolha um candidato entre uma lista proposta, Serra teve 42,8% das intenções de voto contra 13,5% de Dilma e 11,2% de Heloísa, possível candidata do P-SOL. Em dezembro, Serra aparecia com 46,5% das preferências e Dilma, com 10,4%. Já os eleitores que ainda estão sem candidato somavam 30,6% em dezembro e agora são 32,6%.

Quando a pesquisa substitui Serra por Aécio e mantém os outros candidatos propostos, o governador mineiro aparece com 23,3% das intenções de voto, contra 18,2% de Heloísa, 16,4% de Dilma e 23,5% de indecisos. Em dezembro, Aécio tinha 25,3%, Heloísa, 19,1%, e Dilma 12,9% e os indecisos somavam 26,1%.

O diretor do Instituto Sensus, Ricardo Guedes, disse que a queda das intenções de voto nos tucanos pode ter sido causada pelas divergências internas do PSDB. "Isso não favorece o partido", afirmou Guedes. Já o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Clésio Andrade, atribuiu o crescimento de Dilma na pesquisa à maior presença da ministra na mídia. "A Dilma está crescendo em função da visibilidade dela que está aumentando."

A pesquisa, que também avaliou a popularidade do presidente Lula, mostrou ainda como ficaria o quadro de 2010, se o eleitor escolhesse espontaneamente o candidato em quem votar. Apesar de Lula não poder ser reeleito para o terceiro mandato, ele aparece em primeiro lugar nas intenções de voto, com 21,3% das 2 mil pessoas entrevistadas. Em segundo e terceiro lugares aparecem os tucanos José Serra e Aécio Neves, com 8,7% e 3,9%, respectivamente. Dilma é a quarta colocada, com 2,5% das intenções de votos.

"É difícil hoje acreditar que uma pessoa no Brasil não saiba que uma pessoa só possa se eleger duas vezes consecutivas. Mesmo assim, os eleitores insistem no nome do presidente Lula", afirmou Andrade. "Isso acaba prejudicando a candidatura da Dilma, que passa a ter um voto espontâneo muito baixo", completou o presidente da CNT.

A pesquisa foi feita entre 26 e 30 de janeiro, em 136 cidades de todo o país.

PAC não é marketing

Dilma voltou a afirmar ontem que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não é um instrumento de marketing político. Durante a primeira inauguração do programa no Rio de Janeiro - uma escola de ensino médio - ela disse que as obras melhoram a qualidade de vida da população.

"Essa história de marketing não existe. Hoje estamos pegando o PAC com as mãos, porque o PAC é uma combinação de realizações que beneficiam que à comunidade. O PAC também desenvolve a auto-estima, porque mostra que é possível que os serviços prestados à população, até então abandonada pelo poder público, pode ser de alta qualidade." (Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 8)(Agência Brasil)

Quase 40% dos entrevistados ignoram existência de crise (Gazeta Mercantil) **04/02/09**

Brasília, 4 de Fevereiro de 2009 - Os efeitos da crise internacional ainda não abalaram a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os efeitos sobre a economia brasileira devem ter curta duração., de acordo com a pesquisa CNT-Sensus divulgada ontem. As razões são basicamente duas: as pessoas aprovam as medidas adotadas pelo governo; 39,9% dos entrevistados sequer conhecem ou ouviram falar da crise, conforme a sondagem.

A avaliação positiva do governo em janeiro voltou a bater recorde. Para 72,5% dos entrevistados, o governo é ótimo ou bom, frente a 71,1% em dezembro. Esse desempenho é o melhor desde 1998, quando o instituto começou a fazer a pesquisa para a Confederação Nacional do Transporte (CNT). A avaliação negativa do governo caiu para 5% em janeiro ante 6,4% em dezembro.

O desempenho pessoal do presidente Lula foi aprovado por 84% dos entrevistados, frente aos 80,3% na sondagem anterior.

Quanto aos efeitos da crise financeira, os entrevistados se mostraram otimistas. O índice de expectativa do consumidor subiu para 68,95 em janeiro ante 66,16 em dezembro. O maior patamar já registrado pelo indicador foi em setembro, quando alcançou 73,82 pontos. O índice reflete as expectativas dos entrevistados sobre emprego, renda e educação. "Existe uma expectativa de que a crise está passando", afirmou Clésio Andrade, presidente da CNT.

A população tem demonstrado confiança nas medidas adotadas pelo governo para contornar a crise financeira. Apesar de 34,4% dos entrevistados pela pesquisa CNT/Sensus declarar que conhecem alguém que perdeu o emprego por causa da crise e 22% dizer que ficaram sabendo de alguém nessa situação, a maioria, 51%, acredita que o nível de emprego vai melhorar nos próximos seis meses.

"A pessoa percebe que há o desemprego, mas acredita que as medidas anunciadas pelo presidente Lula vão funcionar", disse o presidente Confederação Nacional do Transporte (CNT), Clésio Andrade, durante a divulgação dos resultados.

Ainda de acordo com a pesquisa, 50% dos entrevistados são favoráveis à redução da jornada de trabalho e 38,9% contra. Apóiam a abertura de linhas de crédito pelo governo para as empresas enfrentarem a crise financeira 74,2% dos entrevistados e 14,4% são contra.

Ontem, onde inaugurou obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente Lula evitou comentar a pesquisa CNT/Census que o coloca com 84% de avaliação positiva pessoal, um recorde histórico. "Eu não sou de comentar pesquisa, nem quando estou bem, nem quando estou mal. A pesquisa retrata o momento político que estamos vivendo."

Já em Brasília, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, deputado federal pelo PTB de Pernambuco, disse que a crise econômica vai, sim, afetar a popularidade do presidente Lula. "O governo dificilmente manterá o nível de aprovação que tem hoje. É evidente que o quadro econômico tende a tirar alguns pontos dessa avaliação", disse o dirigente. Segundo o presidente da CNI, a popularidade recorde do presidente e de seu governo foi construída em um ambiente saudável economicamente, em um cenário em que foi possível avançar no alcance de programas sociais, promover ganhos reais de salário e do nível de emprego. Essa situação de bonança, que permitiu gerar um "grau de conforto", acabou, alertou Monteiro Neto. Colaborou Ayr Aliski (Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 8)(Reuters e Agência Brasil)

Aneel aplica penas contra à MC² por descumprir edital (Valor Econômico)

04/02/09

Josette Goulart, de São Paulo

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tomou ontem uma decisão que mostra a postura rígida que terá contra os empreendedores que desistirem de projetos vendidos em leilões de energia do governo federal. A empresa Águas Gariroba Ambiental, o consórcio dono das usinas térmicas MC2, é quem está na berlinda por não ter depositado garantias de R\$ 196 milhões para a construção de seis usinas termelétricas que entregariam a energia em 2011 ao Sistema Integrado Nacional. Se em dez dias a empresa não fizer o depósito, perde sua idoneidade perante a administração pública, pena prevista na Lei de Licitações. Carol Carquejeiro

Hélio Neves Guerra, superintendente da Aneel: "Essa decisão é uma forma de proteger o modelo e a seriedade dos leilões"

Segundo informações da Aneel, a pena será aplicada somente às empresas que controlam a Águas Gariroba e não atingem um dos principais empreendedores do projeto, a Cibe Participações, empresa dos grupos Bertin e Equipav. A Cibe é que estava à frente de todo o processo de renegociação de prazos com a Aneel, mas nos documentos oficiais entregues à agência, a empresa é apontada apenas como integrante da cadeia societária e não como controladora direta dos empreendimentos. Entretanto, no seu site, a Cibe aparece como controladora direta da Águas Gariroba.

A pena definida ontem pela Aneel à empresa Águas Gariroba prevê ainda a proibição de participação em leilões de energia nos próximos dois anos e da realização de qualquer contrato com a Aneel. Com isso, também as 15 usinas termelétricas vendidas em um leilão posterior ao que está sendo agora discutido pela Aneel, com entrega prevista para 2013, não poderão ter outorga de concessão liberadas.

O superintendente de concessões e autorizações de geração da Aneel, Hélio Neves Guerra, diz que o modelo que criou o formato de leilões para venda de energia foi feito para garantir segurança ao sistema e quem participa desses leilões tem que ter responsabilidade. "Essa decisão é uma forma de proteger o modelo e a seriedade dos leilões", diz Guerra. "Os problemas do mercado financeiro são riscos do empreendedor e não podem ser transferidos para o consumidor de energia".

E os riscos do mercado financeiro são inúmeros. A pergunta a que fazem os agentes do mercado é se a empresa, que alega não ter recursos para garantir as obras, terá como levantar os cerca de R\$ 10 bilhões necessários para erguer as 21 usinas termelétricas, com capacidade superior a 2.600 MW, que vendeu no ano passado. A situação é ainda mais crítica no caso das seis térmicas vendidas no leilão com entrega para 2011. Em dois anos, os investimentos para construí-las chegariam a R\$ 4 bilhões.

A Cibe foi procurada para se manifestar sobre o assunto, mas a assessoria de imprensa disse que o principal executivo da empresa não foi encontrado para conceder entrevista. A empresa, além dos grupos Bertin e Equipav, tem ainda como sócios ex-funcionários da Petrobras. Segundo fontes do mercado, foram esses ex-Petrobras os responsáveis pelo modelo de negócio feito para vender as usinas. Em vez de firmar um contrato para fornecimento de óleo combustível com a Petrobras, a empresa fechou uma parceria com uma trading internacional.

A causa começou a ser analisada pela Aneel em novembro de 2008, quando no dia 28 daquele mês a companhia deixou de depositar as garantias exigidas do leilão A-3. Alegava a Cibe que a crise financeira internacional e as mudanças das condições de crédito no mercado impediram a empresa de fazer o depósito e por isso pedia uma prorrogação de 90 dias para conseguir fazê-lo.

A Aneel não concedeu o prazo, entre outros motivos, pelo fato de outros empreendedores que venderam seus projetos nos leilões fizeram regularmente o depósito. A preocupação se voltou então para o leilão A-5, cujos depósitos somavam R\$ 308 milhões. A empresa honrou o prazo de 26 de dezembro e fez o depósito, o que acabou por dar mais argumentos para a diretoria da Aneel para não aceitar a desculpa de que a crise financeira era um empecilho.

O prazo pedido inicialmente pela Cibe, de 90 dias, para que fosse feito o depósito da garantia de fiel cumprimento - a contar de 28 de novembro - vence no final de fevereiro - muito próximo ao prazo final dado ontem pela Aneel. Mas, em seu voto, o diretor Romeu Donizete Rufino, que foi apoiado por unanimidade pelo restante da diretoria, diz que as penas previstas podem ser atenuadas, mas em nenhum momento diz que elas não serão aplicadas.

Distribuidoras da CPFL reajustam tarifa em 11% (Valor Econômico) 04/02/09

De São Paulo

Cinco distribuidoras pertencentes à CPFL Energia tiveram ontem autorização para reajustar, na média, em cerca de 11% as tarifas de energia para os consumidores industriais de suas áreas de concessão. Para os consumidores residenciais, o reajuste ficou na média em 8,8%. As novas tarifas impactam as contas de energia de fevereiro e devem afetar positivamente o faturamento do grupo já no primeiro trimestre do ano. Juntas, as cinco distribuidoras faturaram até setembro do ano passado, último dado disponível, cerca de R\$ 500 milhões ou 5% do faturamento total da CPFL.

Os reajustes permitidos ontem pela Aneel superam as expectativas do Comitê de Política Monetária (Copom), que na ata de sua última reunião esperavam um reajuste nos preços de energia em cerca de 8% para este ano. Basicamente o aumento das tarifas das distribuidoras da CPFL refletem uma série de fatores.

O primeiro é a variação da inflação, medida pelo IGP-M no período. A alta do dólar que afetou o preço da energia de Itaipu comprada pela CPFL também afetou a decisão. A Aneel destacou ainda que também foi determinante o repasse às tarifas do aumento dos custos com o Encargo de Serviços do Sistema (ESS), que nada mais é que o custo de ter se mantido as usinas termelétricas no ano passado. Como as térmicas servem apenas para segurança de fornecimento, elas foram acionadas em função da falta da chuva do início do ano e da meta de se manter os reservatórios das hidrelétricas cheios. O custo total com ESS chegou a R\$ 2,2 bilhões em 2008. No ano anterior, esse custo não chegou a 5% desse valor.

O maior reajuste autorizado ontem pela Aneel foi de 18,76% e será aplicado para as indústrias que estão na área de concessão da CPFL Leste Paulista, que atende os municípios de São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Divinolândia, Casa Branca, Itobi, Tapiratiba e Caconde. O maior reajuste residencial aprovado foi de 14,62% e afeta a área da Santa Cruz, que atende 24 municípios do interior de São Paulo e três do Paraná. As outras empresas que sofreram reajustes foram as de Mococa, Jaguari e Sul Paulista.

Ainda ontem, a Aneel também aprovou o resultado da segunda revisão tarifária da Energisa Borborema, que na prática eleva em mais de 10% a tarifa para os consumidores de alta tensão. Os de baixa tensão terão uma redução na conta de energia de 2,37%. (JG)

A crise e o investimento público (Valor Econômico) 04/02/09

Cristiano Romero

Preocupado com o aprofundamento da crise econômica no Brasil, o governo Lula anuncia hoje medidas para ampliar o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). O plano é elevar em cerca de R\$ 100 bilhões, neste e no próximo ano, os investimentos do setor público no programa, incluídos nessa conta os recursos de empresas estatais, como a Petrobras e a Eletrobrás. Um dos setores que mais receberão atenção nesta nova fase do PAC é o ferroviário.

Por meio de concessões ao setor privado, o governo pretende licitar a construção de novas ferrovias e também de trechos de ferrovias existentes ou em construção. Um exemplo é a ligação da Ferrovia Norte-Sul entre Anápolis (GO) e Panorama (SP). Outro projeto prevê a construção de uma ferrovia entre Ilhéus (BA) e o Estado de Tocantins - a chamada Ferrovia Leste-Oeste - e de uma outra de lá até Rondônia, cujo objetivo é fazer a ligação do Brasil com o Oceano Pacífico, porta de saída das exportações ao continente asiático.

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve anunciar hoje uma mudança importante no modelo de concessão. A ideia é que os ganhadores de concessões no setor ferroviário sejam obrigados a investir num determinado prazo, do contrário, perderão a permissão. Hoje, não existe a obrigatoriedade. Assessores do governo informaram que a nova regra valerá também para os casos antigos, de empresas que receberam a concessão de um serviço, mas cruzaram os braços.

"Vamos acabar com essa história da empresa que ganha uma concessão apenas com o objetivo de que seu concorrente não possa explorá-la", disse um ministro do núcleo decisório do governo em Brasília. Um exemplo de concessão não-explorada, mas já superado, segundo o governo, é o da Ferrovia Transnordestina, a cargo da Companhia Ferroviária do Nordeste, uma subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). "Agora, quem quiser uma concessão será obrigado a explorá-la."

Ainda no setor ferroviário, a menina dos olhos do governo é o trem de alta velocidade que deverá ser construído entre o aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), e o Rio de Janeiro. A obra será incluída hoje no PAC. Como o governo vai promover uma licitação internacional e exigir transferência de tecnologia, o plano é criar o Instituto Ferroviário, uma pequena estatal voltada para a administração dessa tecnologia e a elaboração do planejamento estratégico do setor, a exemplo do que faz a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) no setor elétrico.

Há uma explicação óbvia para o esforço do governo em aumentar os investimentos públicos. Os investimentos do setor privado, que vinham crescendo, antes da crise, a uma velocidade 2,5 vezes superior à do Produto Interno Bruto (PIB), estão evaporando. Os dados da produção industrial divulgados ontem pelo IBGE mostram que a categoria de uso que mais caiu em dezembro foi a de bens de capital (máquinas e equipamentos) - 22,2% em relação a dezembro de 2007 (resultado já dessazonalizado).

As empresas, portanto, pisaram no freio no que diz respeito à compra de máquinas para sustentar a expansão da produção. Os números do último trimestre de 2008, justamente a fase mais aguda da crise, até agora, para o Brasil, vão

certamente mostrar forte recuo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o indicador que mede a taxa de investimento da economia.

Para se ter uma ideia, no terceiro trimestre do ano passado, a FBCF expandiu 19,69% em relação ao mesmo período de 2007, levando a taxa de investimento nominal a 20,42% do PIB. É verdade que, como a economia vinha crescendo de forma acelerada - entre julho e setembro passados, avançou 6,8% em termos anualizados -, as empresas estão agora desovando estoques, num processo que pode levar alguns meses ainda para ser concluído - quando isso acontecer, presume-se que a produção volte a crescer, embora não nos níveis anteriores ao da crise.

Não é à toa, portanto, que o governo conte com a Petrobras para alavancar investimentos no setor produtivo. Em 2007, a Petrobras respondeu, sozinha, por 9% da Formação Bruta de Capital Fixo do país. Neste ano, com os US\$ 28,6 bilhões (cerca de R\$ 66,3 bilhões) em novas aplicações já anunciados, a estatal deverá aumentar a sua proporção na FBCF, uma vez que o setor privado está retraído.

De sua parte, o governo quer ampliar, em 2009, os investimentos da administração direta. Em 2008, o PAC (excluído o dinheiro de estatais e empresas privadas) representou apenas 24% do investimento pago pela União, em meio a um total que chegou a 0,9% do PIB (cerca de R\$ 27 bilhões). A meta, agora, é elevar esse valor para pelo menos 1,2% do PIB. Já a Petrobras investiu, no último ano, o equivalente a 1,1% do PIB e pretende aumentar sua fatia neste ano para algo em torno de 2% do PIB.

O esforço do governo para ampliar os investimentos, desde mantendo o curso da responsabilidade fiscal, é louvável. Por causa da crise, Brasília tomou a si a responsabilidade de fazer os investimentos para manter a economia crescendo. O problema é que o governo, qualquer governo, não tem as condições operacionais para fazer muito mais do que já se tem feito.

Estima-se que uma obra pública de infra-estrutura leva, na melhor das hipóteses, ou seja, quando não enfrenta nenhum óbice de natureza judicial ou administrativa, 33 meses para sair do papel. Quando se acrescenta a isso o tempo de execução do projeto, fica claríssimo que não se trata de um prazo razoável - para ficar num exemplo, a usina hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, deve consumir dez anos desde a concepção até a conclusão da obra.

Hoje em dia, há interferências de toda ordem nas decisões de investimento do Poder Executivo. Entidades, como o Tribunal de Contas de União, que deveriam analisar os projetos após a execução, se transformaram em órgãos consultivos. Isto, evidentemente, atrasa as obras, quando não as bloqueia. Embora tenha o mérito de ser um projeto que estrutura a logística do país, o PAC é marcado pela lentidão, e o país tem pressa.

Cristiano Romero é repórter especial e escreve às quartas-feiras.
E-mail cristiano.romero@valor.com.br

Fusões e aquisições crescem 38% em janeiro (Valor Econômico) 04/02/09

Cristiane Perini Lucchesi, de São Paulo

Graças à ajuda do governo, o mercado de fusões e aquisições continuou movimentado neste início de ano no Brasil, com transações de US\$ 9,8 bilhões anunciadas em janeiro, volume 38% maior do que no mesmo mês do ano passado, segundo a Thomson Reuters.

"O ano começou animado, mas com transações que estavam há tempos para sair", diz Ricardo Lacerda, presidente do banco de investimento do Citigroup no Brasil e na América Latina, que, junto com o espanhol Santander e a boutique brasileira Estáter Gestão e Finanças, saiu na frente do ranking de 2009. "Esse volume não será representativo do que está por vir", afirma Lacerda, que acredita em queda de 20% a 30% no volume deste ano em comparação com os US\$ 95,34 bilhões de 2008, um recorde. "Ainda assim, 2009 será um ano forte", diz.

Luís Enrique Devis e Waldo Perez, os dois responsáveis pela área de fusões e aquisições do Santander, concordam que as transações serão menores em volume. "Mas teremos um mercado muito aquecido, com um número muito grande de operações que pode até superar o do ano passado", avalia Perez. "Haverá muitas empresas capitalizando outras e troca de ativos."

Segundo Lacerda, a desvalorização cambial deverá atrair um volume maior de investimento externo direto ao Brasil. "As empresas brasileiras estavam caras e agora ficaram de acordo com os padrões internacionais", diz. Ele lembra que em 2007 foram as brasileiras que compraram empresas estrangeiras no exterior e que em 2008 houve fusões entre brasileiras.

O crédito mais escasso dificulta a realização de muitas transações, afirma ele. Tanto que, segundo os dados da Thomson Reuters a nível global, o total de fusões e aquisições anunciado em janeiro caiu na comparação com o mesmo mês de 2008, para US\$ 164,64 bilhões. No Brasil, o mesmo não aconteceu por causa da forte atuação do governo. "O papel do governo tem sido mesmo fundamental", comenta Devis.

O maior valor apurado em janeiro veio da transação de compra pelo Grupo Votorantim dos 28% que as famílias Lorentzen, Almeida Braga e Moreira Salles possuem na Aracruz, por cerca de R\$ 2,7 bilhões. Além disso, o Votorantim deve comprar também a participação da família Safra. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai emprestar dinheiro ao Votorantim, na forma de compra de debêntures, e vai garantir também a compra de ações que serão oferecidas no mercado. Ao todo, o BNDES poderá fazer um aporte de até R\$ 2,4 bilhões na operação e poderá ficar com 26% da nova empresa, enquanto o Votorantim ficaria com 29%.

A Estáter, que assessorou o grupo Votorantim desde o início das negociações, teve participação determinante na transação. Pércio de Souza, sócio-dirigente da empresa, renegociou pessoalmente com os bancos até mesmo a forma de pagamento das perdas com derivativos cambiais da Aracruz, de US\$ 2,1 bilhões. O Santander fez laudo de avaliação do negócio antes da crise com derivativos, que não foi atualizado neste ano. "Imaginamos que o laudo tenha sido usado para definir o negócio", diz Perez. O Citi, segundo Lacerda, atua do lado da Aracruz.

Pode ter contribuído para a transação acontecer uma outra operação, que saiu também graças ao aporte de recursos feito governo federal, desta vez por meio do Banco do Brasil: os Ermírio de Moraes receberam R\$ 4,2 bilhões por 49,99% do capital votante e 50% do capital total do Banco Votorantim. O negócio também foi anunciado em janeiro, pouco antes da transação da Votorantim e da Aracruz.

Outra operação em janeiro que contou com o financiamento do BNDES foi a compra, pela construtora Camargo Corrêa, da fatia da Votorantim Participações no capital da CPFL Energia. Com o negócio, fechado por R\$ 2,563 bilhões, a Camargo Corrêa aumenta de 50% para 100% a sua participação na VBC Energia, holding que possui 28,22% das ações ordinárias da CPFL e que participa do seu bloco de controle. "Nós somos um dos poucos bancos hoje que têm apetite para dar crédito para fusões e estávamos financiando um concorrente da Camargo Corrêa", revela Perez, do Santander.

Colheita de cana superará 500 milhões de toneladas (Valor Econômico) 04/02/09

Mônica Scaramuzzo, de São Paulo

A produção de cana-de-açúcar no Centro-Sul do país deverá superar pela primeira vez a marca de 500 milhões de toneladas nesta safra (2008/09), graças à continuidade da moagem da matéria-prima durante o período de entressafra, confirmou ontem a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). Até o dia 15 de janeiro, 46 usinas mantiveram o processamento da cana e pelo menos dez unidades poderão emendar uma safra na outra, se o clima permitir. Até agora, 26 unidades continuam em operação.

Levantamento da Unica mostra que até o dia 15 de janeiro a moagem totalizou 499,6 milhões de toneladas, volume 15,88% maior em relação ao ciclo anterior. Na primeira quinzena do mês, a moagem totalizou 2,34 milhões de toneladas de cana.

"A moagem ainda continua porque muitos projetos de novas usinas iniciaram suas operações no fim do ano passado", afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica. A maior produtividade registrada no período também colaborou para o bom desempenho do setor sucroalcooleiro.

A produção de açúcar totalizou 26,75 milhões de toneladas até o dia 15 de janeiro, alta de 2,11% sobre a safra 2007/08. A oferta de etanol, no mesmo período, atingiu 24,79 bilhões de litros, 22,59% superior ao total produzido na safra anterior.

No mercado interno, as vendas de etanol entre abril de 2008 e o dia 15 de janeiro de 2009 foram de 16,4 bilhões de litros, 25,2% maior sobre igual período do ciclo anterior. Já as exportações no mesmo período ficaram em 3,98 bilhões de litros, 67,2% superior ao verificado no mesmo período da safra passada.

Para 2009/10, a expectativa do mercado é de que a safra bata novo recorde, mesmo com boa parte das usinas passando por uma situação financeira delicada. O aumento da produção refletirá as expansões em curso de grupos do setor.

Energia orgânica (Valor Econômico) 04/02/09

A empresa paranaense Copel firmou ontem contratos para aquisição de energia elétrica produzida a partir da biodigestão de resíduos orgânicos. São seis contratos que totalizam potência de até 524 quilowatts, energia suficiente, segundo a Copel, para o atendimento de uma centena de moradias de padrão médio. Os resíduos serão fornecidos por quatro produtores: Sanepar, Cooperativa Lar, Granja Colombari e Star Milk. Os contratos têm vigência até o final do ano de 2012.

Dow e Santelisa adiam projeto de US\$ 1 bilhão em alcoolquímica (Valor Econômico) 04/02/09

Mônica Scaramuzzo e André Vieira, de São Paulo

A primeira fábrica integrada de alcoolquímica do país, um projeto entre a Santelisa Vale e a americana Dow Chemical, não deverá sair do papel tão cedo. Em meio à crise em que enfrentam, as duas companhias decidiram colocar o pé do freio do projeto de fabricação de resinas plásticas a partir da cana-de-açúcar, a ser construído em Santa Vitória, no Triângulo Mineiro.

O empreendimento, cujo orçamento está estimado em cerca de US\$ 1 bilhão, já tinha dado seus primeiros passos, com o plantio de viveiros de cana nos arredores da cidade de Santa Vitória. A unidade, que integrará uma usina de açúcar e álcool com a produção de 350 mil toneladas de polietileno, estava projetada para entrar em operação a partir de 2011. Agora, se for levado adiante, o início de suas operações será jogado mais para frente, sem data conhecida.

"O projeto é grandioso, um investimento de peso. Mas diante do atual cenário, está sendo deixado de lado porque as prioridades da companhia [Santelisa] mudaram", afirmou ao Valor uma fonte familiarizada com o projeto. Do lado da Dow Chemical, a pressa é de outra natureza: a gigante americana precisa resolver o imbróglcio bilionário no qual a empresa se meteu em transações com ativos nos EUA e no Kuwait.

Quando anunciado pelos executivos da Santelisa e da Dow, em julho de 2007, com a presença do ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, e do embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, o acordo foi considerado a união perfeita da produção altamente competitiva do etanol brasileiro com a 'know how' tecnológico de fabricação de plásticos. Se o projeto de produção do chamado plástico verde for bem-sucedido, a Santelisa seria a parceira ideal da Dow para replicá-lo em outros lugares do mundo.

Mas a situação das empresas mudou repentinamente, obrigando as rever o projeto. Procuradas, a Santelisa e a Dow no Brasil, por meio de suas assessorias de imprensa, não quiseram comentar o assunto.

A Santelisa está atualmente no meio do olho do furacão para reduzir seu endividamento. Com dívidas da ordem de R\$ 2 bilhões, o grupo está à procura de um sócio estratégico para ganhar maior robustez e dar continuidade aos seus planos de expansão. Boa parte da alavancagem da companhia, a segunda maior produtora de açúcar e álcool do Brasil, resulta do processo da fusão envolvendo a Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP), e outras três empresas paulistas (MB, Continental e Jardest), ocorrido no fim de 2007.

Agora, os maiores credores da companhia, os bancos Bradesco e Itaú, que assessoraram financeiramente a fusão, também participam de negociações para encontrar um parceiro estratégico para o gigante sucroalcooleiro. O BNDESPar, braço de participações do BNDES, poderá elevar sua participação na companhia. A sociedade na Santelisa já foi oferecida para grandes grupos, como São Martinho; ETH, da Odebrecht; Bunge; Cargill; ADM; Louis Dreyfus e a gestora de investimentos BTG, do investidor André Esteves, e até mesmo para Cosan, que fez em fevereiro de 2007 uma oferta hostil para a compra da Vale do Rosário, conforme já informou o Valor.

Com faturamento em torno de R\$ 1,5 bilhão e moagem de quase 20 milhões de toneladas de cana, o grupo contratou há cerca de três meses a consultoria Angra Partners para dar novo rumo à companhia, que também deverá contratar um novo CEO. André Biagi, um dos principais acionistas da Santelisa, exerce desde dezembro esta função. Ontem, a empresa anunciou a demissão de 109 funcionários administrativos e de operação em razão de ajustes de produção, devido à crise.

Tão encalacrada quanto sua parceira brasileira, a Dow enfrenta dificuldades bilionárias numa estratégia que deu errado pelas mãos de seu principal executivo, Andrew Liveris. A fabricante americana está sendo pressionada na Justiça de Delaware, nos EUA, a concluir a aquisição da Rohm & Haas, uma empresa de especialidades químicas, na qual ofereceu, em julho, US\$ 15 bilhões para levar seu controle. Mas a estratégia do executivo saiu pela culatra depois que uma parcela generosa do dinheiro - cerca de US\$ 9 bilhões - que pretendia receber com a venda de metade de seus negócios com plásticos básicos para uma estatal petrolífera do Kuwait foi recusada pelo governo daquele país. Agora, a Dow agora corre o risco de acumular prejuízos se não concluir o negócio com a Rohm & Haas.

Segundo apurou Valor, o projeto de álcoolquímica no Brasil é considerado "superestratégico" pela Dow, uma vez que traz a diversificação de fontes de matérias-primas além dos gás e nafta. O projeto foi estudado minuciosamente pelo conselho da companhia desde 2004. Quando livrar-se de suas dificuldades, a Dow poderá pensar no futuro a retomada do projeto do plástico verde individualmente.

Chile quer ser plataforma de exportação para brasileiros (Valor Econômico) **04/02/09**

Raquel Landim, de São Paulo

Preocupado com o impacto da crise global, o Chile quer diversificar os investimentos no país e atrair indústrias brasileiras. Funcionários do governo chileno chegaram ontem a São Paulo para tentar convencer os empresários a apostar em seu país como plataforma de exportação.

"Em época de crise, qualquer vantagem é significativa", disse Liliana Macchiavello, vice-presidente do Comitê de Investimentos Estrangeiros do Chile, referindo-se aos 19 acordos de livre comércio que concedem acesso privilegiado aos produtos chilenos em 57 países. Liliana esteve ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e se reúne hoje com os governos municipal e estadual.

Com uma economia aberta e dependente do preço do cobre (o principal produto da pauta de exportação), o Chile está sofrendo com a crise. Os economistas baixaram a projeção para o Produto Interno Bruto do país de 4,5% para 3,5% em 2008 (o dado ainda não foi divulgado). Para 2009, o crescimento deve ficar entre 2% e 3%. A presidente Michelle Bachelet anunciou um pacote fiscal que pretende garantir um ponto percentual de crescimento para o PIB.

Liliana evitou fazer previsões, mas reconheceu que os investimentos em mineração devem ser adiados por conta da crise. Em 2008, o setor respondeu por 42,3% dos quase US\$ 10,5 bilhões de investimento estrangeiro direto que o Chile atraiu. Desde 1974, quando aprovou uma lei favorável ao investimento externo, o país conseguiu US\$ 80 bilhões do exterior.

A contribuição do Brasil foi insignificante. Apesar de ser a maior economia da região, o Brasil respondeu por apenas 0,47% do total obtido pelo Chile no exterior entre 1974 e 2008. Entre as empresas brasileiras que já estão presentes no país andino, estão Vale, Odebrecht, Tigre, Banco do Brasil, Bridgestone, Renner e Multibras. As fabricantes têxteis Alpargatas e Santista também se instalaram no Chile para aproveitar o acesso privilegiado ao mercado dos Estados Unidos.

Segundo Liliana, a construtora Camargo Correa começou a investir no Chile em 2008. A funcionária do governo chileno acredita que o setor de eletricidade e gás é uma boa oportunidade para as empresas brasileiras, para atender ao próprio mercado chileno, que é abastecido pela Argentina, o que provoca constantes desavenças.

Petrobras diz que cumprirá todos os projetos do Plano 2009-2013 (Estadão Online 21:08h) 03/02/09

REUTERS

SÃO PAULO - O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse nesta terça-feira em Londres que a companhia executará todos os projetos contemplados em seu Plano de Negócios para o período 2009-2013, informou a empresa em um comunicado.

"Vamos implementar mais de 500 projetos, garantindo investimentos e geração de emprego, ao menor custo possível", disse Gabrielli, segundo a nota.

O dirigente participa de uma rodada de conversações com investidores europeus e norte-americanos sobre o Plano de Negócios 2009-2013, divulgado no Brasil no último dia 23, que prevê investimentos de 174,4 bilhões de dólares.

Ele destacou a necessidade de reduzir custos para viabilizar a execução dos projetos.

"A elaboração do plano levou em conta os preços em vigor no último trimestre de 2008, num cenário bastante diferente do que temos hoje", disse ele. "Não é viável para qualquer companhia manter os preços no mesmo patamar de 2008. A economia mudou."

Segundo Gabrielli, os projetos "em fase conceitual" são os que oferecem melhores condições para redução de custos. Eles representam, de acordo com a Petrobras, cerca de 35 por cento do total previsto no Plano de Negócios.

"O mercado prevê uma variação de 30 por cento para mais ou para menos em qualquer projeto em fase inicial de estudos, e isso certamente ocorrerá", disse ele.

PLATAFORMAS

Gabrielli disse ainda que a Petrobras não cogita comprar empresas que fabricam plataformas de perfuração e que estejam atravessando dificuldades. Mas não descartou capitalizar essas companhias. "Caso alguma fabricante estivesse com problemas financeiros, a Petrobras poderia estudar o assunto", disse ele. "Mas isso em circunstâncias muito especiais. Hoje, a Petrobras não cogita tal possibilidade."

(Por Fabio Murakawa)

Aneel revoga direito da Cibe de construir termoeletricas (Estadão Online 19:21h) 03/02/09

GERUSA MARQUES - Agencia Estado

BRASÍLIA - A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu revogar o direito da Cibe Participações de construir seis usinas termoelétricas conquistado no leilão de energia chamado de A-3, realizado no ano passado. A Aneel decidiu pela revogação porque a empresa não depositou o dinheiro da garantia de fiel cumprimento, necessário para a continuidade do processo.

Além disso, a Aneel decidiu proibir a empresa de participar de outros leilões da agência. O órgão regulador resolveu também apresentar uma declaração de "inidoneidade" que impede a Cibe de firmar contratos com a administração pública. A Cibe terá dez dias para apresentar sua defesa em relação às duas punições.

As usinas que seriam construídas pela Cibe produziram, juntas, 611 megawatts (MW) de energia, equivalentes a 60% do total contratado no leilão. Uma das possibilidades que estão sendo cogitadas pela Aneel, segundo técnicos da agência, é a de chamar a empresa que ficou em segundo lugar no leilão, mas ela terá que concordar em oferecer o mesmo preço proposto pela Cibe.

A garantia da Cibe deveria ter sido depositada no dia 28 de novembro. Ao constatar a falta do pagamento, a Aneel decidiu abrir o processo e deu, em dezembro, prazo de 15 dias para a empresa se defender. Após análise das explicações da Cibe, a Aneel concluiu que a empresa não apresentou argumentos suficientes que justificassem o fato de não ter feito o depósito.

Analistas veem no discurso a razão da aprovação de Lula (Estadão Online 18:53h) 03/02/09

CAROLINA FREITAS E RICARDO LEOPOLDO - Agencia Estado

SÃO PAULO - A popularidade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), continua em alta, a despeito dos efeitos da crise financeira global no País. Para especialistas ouvidos pela Agência Estado, o índice de 84% de aprovação do presidente, divulgado hoje na pesquisa CNT/Sensus, é um dos mais altos da história e só encontra paralelos em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e pode ser explicado pelo grande poder de comunicação que Lula mantém com grande parcela da população.

"Apesar dos efeitos da crise, o discurso do Lula ainda convence. Ele tem carisma e consegue passar para boa parte da população a ideia de que o País vai viver dias melhores", disse o cientista político e pesquisador da PUC e Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, Marco Antonio Carvalho Teixeira. As políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, também são, na opinião dos analistas, o ponto essencial para definir a avaliação da população sobre Lula. "Se a crise não afetar esses programas, não haverá impacto na popularidade", afirmou o cientista político e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Fábio Wanderley Reis.

O sociólogo e cientista político Carlos Melo, do Ibmec São Paulo, também atribui aos investimentos sociais a aprovação do governo federal. "A crise não chegou onde a ação do governo é mais forte, nas políticas públicas", disse. "A crise tem afetado indicadores de difícil compreensão para a maioria do povo, longe da inflação e do custo de vida. E o desemprego ainda não se tornou um drama social."

Para Melo, um eventual agravamento da crise poderá colocar em xeque a liderança de Lula. "Se piorar muito, veremos se a popularidade se sustenta", disse. O professor evitou estimar um piso para o índice de aprovação do petista, mas ponderou que o número jamais cairia "a míseros 20%". "Afinal, existe um patamar a ser preservado." Para Melo é provável que entre os 12% que desaprovam Lula já estejam as pessoas afetadas pelos primeiros sinais da crise. "A questão agora é saber os impactos para os que estão entre os 84% satisfeitos com Lula."

O cientista político e pesquisador da PUC e FGV de São Paulo, Marco Antonio Carvalho Teixeira, associa a alta popularidade de Lula ao fato dele ser um grande comunicador e também à incapacidade dos partidos de oposição em sustentar uma crítica consistente ao governo federal. Carvalho Teixeira - que cunhou no auge do escândalo do mensalão a expressão "efeito Teflon" para exemplificar o fato de o presidente Lula manter a sua popularidade em alta diante das crises -, ainda pondera: "Apesar dos efeitos da crise, o discurso do Lula ainda convence. Ele tem carisma."

Getúlio e JK

Para o diretor para a América Latina do Eurasia Group em Nova York, Christopher Garman, o alto nível de confiança dos brasileiros em Lula só encontra paralelo em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Isto significa que ele seria o presidente mais bem avaliado pelo povo nos últimos 50 anos. Fábio Wanderley, da UFMG, também credita parte do aumento da popularidade do presidente à sua imagem pessoal. "Ele tem uma imagem com a qual o povo se identifica,

por exemplo, no linguajar truncado", disse Wanderley. "É um fator subjetivo, portanto difícil de ser influenciado por dados objetivos, como notícias econômicas ruins."

Na opinião de Garman, o surgimento de crises não é necessariamente ruim para a popularidade dos governantes. Ele ressaltou que a ruína financeira vivida pela Rússia em 1998 e que causou aversão muito forte dos investidores em relação ao Brasil, foi um fator que colaborou bastante na reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Na ocasião, ele se mostrou ao eleitorado como o candidato mais capacitado para dirigir o País em meio à crise internacional", afirmou Garman. "O índice de aceitação do ex-presidente Cardoso caiu em dois episódios: em 1999, quando ocorreu a mudança do regime cambial e grande desvalorização do real ante o dólar e em 2001, com os problemas nacionais de energia."

Brasil precisa de legislação para eólicas, aponta secretário de conselho global (CanalEnergia) 03/02/09

Em audiência pública na Câmara, Steve Sawyer, destacou que país ocupa a 24ª posição na ranking de produtores de energia eólica

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

O Brasil precisa de uma legislação para incentivar a produção de energia eólica. A opinião é do secretário-executivo do Conselho Global de Energia Eólica, Steve Sawyer, segundo o qual as regras deviam prever garantias de um mercado de longo prazo, de 10 a 20 anos, para as empresas venderem esse tipo de energia. Sawyer participou de audiência pública da Comissão Especial de Fontes Renováveis de Energia da Câmara dos Deputados nesta terça-feira, 3 de fevereiro.

Na ocasião, ele destacou que o Brasil ocupa a 24ª posição no ranking de produtores de energia eólica, com produção de 341 MW, contra 25 mil MW dos Estados Unidos que ocupam a primeira colocação. Após os EUA, seguem a Alemanha, China, Espanha e Índia. Na América Latina, onde a produção é de 625 MW, o Brasil é o maior produtor, seguido pelo México (85 MW). De acordo com o secretário, a produção de energia eólica em âmbito mundial triplicou entre 2003 e 2008, passando de 40 mil MW para 120 mil MW. Entretanto, o crescimento ficou concentrado na Europa, na América do Norte e na Ásia.

Sawyer ressaltou que os investimentos em energias alternativas, como a eólica, serão necessários ao país, já que a energia hídrica não será suficiente para suprir o crescimento da demanda energética, calculada em 5 mil MW por ano. Para ele, a eólica tem um grande potencial por causa das condições climáticas favoráveis no Brasil, pelo ganho em qualidade ambiental e por ser uma oportunidade de crescimento econômico, geração de emprego, além de contribuir para as exportações no setor de tecnologia.

Durante a reunião, o secretário-executivo da Associação Brasileira de Energia Eólica, Pedro Perreli, afirmou que é fundamental o Congresso estabelecer uma nova legislação para o setor, para que a energia eólica entre na matriz energética brasileira. Já o diretor-executivo da ONG Greenpeace, Marcelo Furtado, defendeu um novo modelo de produção de energia para o Brasil com base no aproveitamento de fontes alternativas, em particular a energia eólica. As informações são da Agência Câmara.

Celesc PNB fecha em alta de 3,53% (CanalEnergia) 03/02/09

Light ON termina em queda de 1,94%. IEE encerra em alta de 0,60%, aos 15.135 pontos

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Celesc PNB fechou em alta de 3,53% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Nesta terça-feira, 3 de fevereiro, o setor elétrico registrou outros resultados positivos com a AES Tietê PN (3,13%) e a AES Eletropaulo PNB (2,52%). A Light ON terminou em queda de 1,94%, acompanhada pela MPX Energia ON (-1,24%). O Índice de Energia Elétrica encerrou em alta de 0,60%, aos 15.135 pontos, assim como o Ibovespa, que chegou aos 39.746 pontos, com alta de 2,79%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 2,52%

AES Tietê PN: 3,13%

Celesc PNB: 3,53%
Cemig PN: -0,26%
Cesp PNB: 0,92%
Coelce PNA: estável
Copel PNB: estável
CPFL Energia ON: 1,18%
Eletrobrás PNB: -0,13%
Energias do Brasil ON: 0,90%
Equatorial ON: 1,16%
Light ON: -1,94%
MPX Energia ON: -1,24%
Tractebel ON: -0,28%
Terna Part UNT: estável
Transmissão Paulista PN: 0,14%

Revisão tarifária da Nova Palma entra em audiência pública (*CanalEnergia*) **03/02/09**

Aneel propôs reajuste de -1,24% à distribuidora gaúcha. Índice preliminar entra em vigor a partir do dia 19 de abril

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou nesta terça-feira, 3 de fevereiro, a realização de audiência pública para debater a proposta da segunda revisão tarifária periódica da Usina Hidroelétrica Nova Palma (RS). O índice preliminar da empresa é de -1,24% para os consumidores da empresa e o resultado da revisão da distribuidora começará a ser aplicado no dia 19 de abril. A proposta entrará em audiência pública na próxima quinta-feira, 5 de fevereiro, até o dia 4 de março. Já no dia 5 de março, acontecerá em Faxinal do Soturno (RS) a audiência presencial.

Autorizado reajuste de tarifas de cinco distribuidoras paulistas (*CanalEnergia*) **03/02/09**

CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Santa Cruz tiveram suas tarifas reajustadas

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o reajuste das tarifas das distribuidoras paulistas Companhia Jaguari de Energia (CPFL Jaguari), Companhia Luz e Força de Mococa (CPFL Mococa), CPFL Leste Paulista, Companhia Sul Paulista de Energia (CPFL Sul Paulista) e Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPFL Santa Cruz). As novas tarifas entram em vigor a partir de desta terça-feira, 3 de fevereiro.

Os consumidores de baixa tensão da Jaguari terão reajuste de 8,67% e os de alta tensão de 9,8%. Já os consumidores residenciais da CPFL Mococa terão um reajuste de 4,77% e os industriais de 7,7%. Para a CPFL Leste Paulista foi concedido um reajuste de 7,27% para baixa tensão e de 18,76% para alta tensão. Os consumidores cativos da Sul Paulista perceberão um aumento de 8,88% e os industriais, de 12,48%, enquanto os clientes de baixa tensão da Santa Cruz terão uma aumento de 14,62% e os industriais de 5,69%.

Segundo a Aneel, os percentuais de reajuste das distribuidoras refletem, dentre outros fatores, a variação do IGP-M e o aumento da cotação do dólar, que influencia o custo do contrato de suprimento da energia de Itaipu. Além disso, foi repassado às tarifas o aumento dos custos com o Encargo de Serviços do Sistema, decorrente do despacho de usinas termelétricas no ano passado.

Nível dos reservatórios do Sul atinge 60,1% da capacidade (*CanalEnergia*) **03/02/09**

Volume está 39,2% acima da curva de aversão ao risco, segundo dados do ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

Os reservatórios do submercado Sul operam com 60,1% da capacidade de armazenamento, 39,2% acima da curva de aversão ao risco, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 02 de fevereiro. A usina de S. Santiago opera com 57,28% da capacidade. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios atingiram 40,8% do volume acumulado, com alta de 0,2%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 31,44% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram 67% do volume, com alta de 0,4%. O índice está 28,2% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Capivara e Marimbondo operam com 76,90% e 87,76%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 60,1%, com baixa de 0,7%. O índice está 39,2% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de S. Santiago trabalha com 57,28% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 63,6% do volume acumulado, com alta de 0,4%. O índice está 51,5% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 52,25% da capacidade.

A-3: Cibepar ganha dez dias para depositar garantia de fiel cumprimento (CanalEnergia) 03/02/09

Aneel reafirma que não aceitou justificativa para inadimplência e empresa pode ser punida

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

A Cibepar ganhou algum tempo para depositar a garantia de fiel cumprimento do leilão A-3 do ano passado. A empresa terá dez dias após publicação de despacho para aportar R\$ 196 milhões referentes a venda de energia de seis usinas a óleo combustível, que comercializaram no certame. Os diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica deram o prazo durante a reunião pública desta terça-feira, 3 de fevereiro.

O diretor-relator da matéria, Romeu Rufino, deixou claro, no entanto, que a Aneel não aceitou os argumentos da empresa para o inadimplemento. A Cibepar, principal acionista da Água Guariroba Ambiental, que controla os consórcios MC2, alegou que a crise internacional dificultou a obtenção de recursos para efetivar o pagamento. "Não houve problemas com outros participantes", ressaltou Rufino.

A Cibepar negociou a energia das usinas MC2 Camaçari, MC2 Catu, MC2 Dias D'Avila 1, MC2 Dias D'Avila 2, MC2 Senhor do Bonfim e MC2 Feira de Santana. Os diretores deixam claro que, se a empresa não depositar as garantias, o ato significará recusa em assinar os contratos de compra e venda de energia. Com isso, o processo de cassação da adjudicação será posto em prática.

A empresa também poderá no prazo de 10 dias apresentar manifestação em possível processo de penalização, que pode acarretar em proibição de participar dos leilões. A Cibepar foi a principal vendedora do leilão A-3 realizado em 17 de setembro, com 611 MW médios comercializados. Rufino lembrou que a empresa fez o aporte de R\$ 308 milhões referente as usinas do leilão A-5. O diretor frisou que as oscilações no custo do financiamento é "do risco" do negócio e deve ser assumido pelo empreendedor.

Eletrobrás: investimentos serão de R\$ 7,244 bilhões em 2009 (CanalEnergia) 03/02/09

Do total, R\$ 3,6 bilhões serão aportados na área de geração, R\$ 1,9 bilhão em transmissão e R\$ 1 bilhão em distribuição

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O orçamento de investimentos do sistema Eletrobrás para 2009 será de R\$ 7,244 bilhões, de acordo com comunicado divulgado nesta terça-feira, 3 de fevereiro, pela holding. Segundo o diretor de Relações com Investidores da companhia, Astrogildo Quental, desse total, R\$ 3,6 bilhões serão aportados na área de geração, R\$ 1,9 bilhão em transmissão, R\$ 1 bilhão em distribuição e R\$ 593 milhões serão aportados em outras atividades da companhia.

Quanto aos investimentos na área internacional, Quental afirmou que a Eletrobrás ainda está realizando estudos de viabilidade de diversos projetos de geração e transmissão em países da América do Sul, América Central e África. No entanto, segundo ele, ainda não está definido o valor dos investimentos. Na semana passada, o presidente da estatal, José Antonio Muniz Lopes, afirmou que a holding tinha planos de investir R\$ 7,8 bilhões em 2009, sendo R\$ 6 bilhões em geração.

Copel GT: Aneel recomenda renovação de concessão de usinas (*CanalEnergia*) 03/02/09

Quatro hidrelétricas têm capacidade instalada de mais de 2,5 mil MW. Proposta é de mais 20 anos para três unidades e de 8,5 anos, para outra usina

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou nesta terça-feira, 3 de fevereiro, a recomendação ao Ministério de Minas e Energia para que renove a concessão de quatro hidrelétricas da Copel GT. As usinas têm capacidade instalada de 2.507,8 MW, correspondentes a 55,21% da capacidade instalada da companhia e 62,25% da energia assegurada, segundo José Guilherme Senna, diretor-relator da matéria.

A recomendação é que as concessões das hidrelétricas Governador Ney Aminthas (1.260 MW), Governador José Richa (1.240 MW) e Derivação do Rio Jordão (6,5 MW) sejam renovadas por 20 anos a partir do fim dos atuais contratos. No caso de Ney Aminthas e Rio Jordão, os contratos terminam em 15 de novembro deste ano. E José Richa conclui em 4 de maio de 2010.

Para a usina Cavernoso (1,3 MW), a renovação proposta é de 8,5 anos a partir de 7 de janeiro de 2011, quando termina a atual concessão. O período, disse Senna, correspondente ao período restante para a amortização do custo do empreendimento. As outras usinas têm período estimado de depreciação em 30 anos, em média.

Revisão tarifária: consumidores da Energisa Borborema perceberão efeito médio de 1,99% (*CanalEnergia*) 03/02/09

Novas tarifas entrarão em vigor a partir desta quarta-feira, 4 de fevereiro, segundo a Aneel

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica homologou nesta terça-feira, 3 de fevereiro, o resultado da segunda revisão tarifária da Energisa Borborema (PB). A distribuidora terá um reposicionamento tarifário de 6,05%, a serem aplicados nas tarifas de fornecimento de energia e nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

De acordo com o relator do processo, o diretor-geral interino, Edvaldo Alves de Santana, o efeito médio da revisão tarifária a ser percebido pelos consumidores será de 1,99%. Os consumidores de baixa tensão perceberão uma redução na tarifa de 2,37%, enquanto os de alta tensão, perceberão um aumento de 10,56%. As novas tarifas entrarão em vigor a partir desta quarta-feira, 4 de fevereiro.

O cálculo do Fator X foi baseado em investimentos da ordem de R\$ 31,6 milhões e foi proposto um valor de 0,62% para o componente Xe. Segundo a agência foram definidos índices de 5,81% para perdas técnicas e de 12,61% para perdas não técnicas. De acordo com Santana, no cálculo da revisão tarifária, foi levada em consideração a saída da empresa Coteminas da rede de distribuição da concessionária. "A Coteminas representa quase 40% do mercado da Energisa Borborema", comentou Santana.

CCC: distribuidoras terão que pagar R\$ 270,624 milhões referente a janeiro (*CanalEnergia*) 03/02/09

Prazo para o pagamento da parcela vai até o dia 10 de fevereiro, segundo a agência. Aneel faz consulta pública sobre o plano anual 2009

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

As distribuidoras de energia terão que pagar o montante de R\$ 270,624 milhões referente a parcela da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis do mês de janeiro de 2009. O valor foi aprovado nesta terça-feira, 3 de fevereiro, durante reunião da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica. O prazo para o pagamento da parcela vai até o dia 10 de fevereiro. Segundo a agência, o montante foi definido com base nas estimativas apresentadas pela Eletrobrás, que é responsável pelo gerenciamento da conta.

Consulta - A Aneel abriu período de consulta pública para obter subsídios e informações para aprovação do Plano Anual de Combustíveis que dará suporte ao orçamento da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados para 2009. A consulta será feita por intercâmbio documental a partir desta terça-feira, 3, e vai até as 18 horas do próximo dia 13.

Os interessados podem solicitar a documentação da consulta no site da Aneel, pelo endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Térreo/Protocolo Geral da Aneel, Cep 70.830-030, Brasília (DF), pelo email cp016_2009@aneel.gov.br ou pelo fax (61) 2192-8839. Clique aqui para mais informações sobre a consulta.

Consumidores da ELFSM terão reajuste tarifário médio 3,76% (*CanalEnergia*) **03/02/09**

Consumidores de baixa tensão perceberão um aumento de 2,08%, enquanto os de alta tensão terão um acréscimo na tarifa de 8,62%

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Empresa Luz e Força Santa Maria (ES) terá um reajuste tarifário de 15,84%, aprovado nesta terça-feira, 3 de fevereiro, durante reunião da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica. De acordo com a relatora do processo, diretora Joísa Campanher Dutra, os consumidores da concessionária perceberão um aumento médio das tarifas de 3,76%.

"Os consumidores de baixa tensão perceberão um aumento de 2,08%, enquanto os de alta tensão terão um acréscimo na tarifa de 8,62%", afirmou a relatora. O Fator X terá índice de 1,69% e o componente Xe de 0,89%. O reajuste entrará em vigor a partir do próximo dia 7 de fevereiro. A empresa atende atualmente 81.568 consumidores finais, abrangendo 11 municípios do Espírito Santo.

Transmissão receberá investimentos de R\$ 3 bilhões até 2013 (*CanalEnergia*) **03/02/09**

País ganhará mais 2.501,13 quilômetros de linhas. Um dos destaques é a interligação de Acre, Rondônia e Mato Grosso que terá aporte de R\$ 1 bilhão

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Expansão

O segmento de transmissão vai receber investimentos de mais de R\$ 3 bilhões no quinquênio 2009-2013 para construção de 2.501,3 quilômetros de linhas, segundo a atualização do Programa de Expansão de Transmissão disponibilizada pela Empresa de Pesquisa Energética nesta terça-feira, 3 de fevereiro. Os investimentos serão feitos em empreendimentos a serem licitados a partir deste ano.

A distribuição dos investimentos atinge as cinco regiões do país, com destaque para Centro-Oeste, com R\$ 1,027 bilhão previstos; e Sudeste, R\$ 998,42 milhões. Um dos principais projetos é a interligação de Acre, Rondônia e Mato Grosso que terá aporte de R\$ 1 bilhão nos próximos anos. Um terceiro circuito em 230 kV ligará Porto Velho a Jauru (MT). O projeto deve começar a operar a partir de 2011, para isso, será necessário a licitação de seis linhas com 988 km de extensão. O empreendimento vai escoar a energia das usinas do Rio Madeira para a região. O investimento previsto é de cerca de R\$ 420 milhões.

De Jauru, partirá uma linha em 500 kV entre a cidade e Cuiabá, com 335 km. O investimento previsto é de R\$ 335,27 milhões, permitindo o escoamento da produção de energia gerada por pequenas centrais hidrelétricas e pela hidrelétrica de Dardanelos (MT-640 MW). Outro projeto do PET será a construção da LT Porto Velho-Rio Branco, em 230 kV e 495 km. O aporte de recursos deve ser de R\$ 208,97 milhões.

O estado de São Paulo, por sua vez, ganhará cinco subestações até 2011 com o objetivo de eliminar a ocorrência de sobrecargas no sistema de transmissão. As unidades de Itatiba, Anhanguera, Itapeti, Jandira e Salto receberão

investimentos de R\$ 442,07 milhões. Por outro lado, Goiás terá cinco novas linhas e mais três subestações, cujos investimentos somarão R\$ 576,47 milhões.

Já o Espírito Santo terá o reforço das LTs Mesquita-Viana e Mascarenhas-Viana, com 500 kV e 230 kV, respectivamente. Os investimentos programados são de R\$ 296,94 milhões. Haverá ainda a construção de três subestações em Minas Gerais, que juntas receberão R\$ 245,11 milhões. Fortaleza, Natal e Salvador terão quatro subestações com perspectiva de investimentos de R\$ 243,86 milhões.

Celesc PNB registra queda de 2,12% (CanalEnergia) 03/02/09

AES Tietê PN opera em alta de 1,75%. IEE registra baixa de 0,22%, aos 15.011 pontos

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Celesc PNB opera em queda de 2,12% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 3 de fevereiro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Energias do Brasil ON (-1,85%) e a Transmissão Paulista PN (-0,95%). A AES Tietê PN opera em alta de 1,75%, acompanhada pela Coelce PNA (0,94%). O Índice de Energia Elétrica registra baixa de 0,22%, aos 15.011 pontos, enquanto o Ibovespa alcançou os 39.078 pontos, com alta de 1,07%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Tietê PN: 1,75%
Celesc PNB: -2,12%
Cemig PN: -0,45%
Cesp PNB: -0,75%
Coelce PNA: 0,94%
Copel PNB: -0,56%
CPFL Energia ON: -0,27%
Eletrobrás PNB: 0,46%
AES Eletropaulo PNB: -0,27%
Energias do Brasil ON: -1,85%
Equatorial ON: 0,48%
Light ON: -0,38%
MPX Energia ON: -0,62%
Terna Part UNT: estável
Tractebel ON: -0,28%
Transmissão Paulista PN: -0,95%

Camargo Corrêa e Camargo Corrêa Cimentos têm ratings em CreditWatch negativo (CanalEnergia) 03/02/09

S&P adotou critério após aumento de participação da Camargo Corrêa Cimentos na VBC Energia

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Standard & Poor's Ratings Services classificou em CreditWatch com implicações negativas os ratings de crédito corporativo 'BB' da Camargo Corrêa e os ratings de emissor 'BB' na escala global e 'brAA' na Escala Nacional Brasil, assim como o rating de emissão 'brAA' atribuído à subsidiária Camargo Corrêa Cimentos. O critério foi adotado após o aumento de participação da Camargo Corrêa Cimentos na VBC Energia. De acordo com a classificadora, a colocação na listagem CreditWatch com implicações negativas é reflexo do risco de rebaixamento dos rating da Camargo Corrêa em razão "do aumento da alavancagem financeira necessária para financiar a transação e da potencial deterioração nas métricas de crédito da empresa".

A S&P acredita que o endividamento da Camargo Corrêa crescerá para um valor similar ao da aquisição. Entretanto, a expectativa da classificadora é de que essa dívida seja financiada com empréstimos de longo prazo. A colocação dos ratings da subsidiária na listagem reflete o potencial risco de rebaixamento dos ratings da Camargo Corrêa. A classificadora também espera solucionar o CreditWatch nos próximos meses, quando obtiverem informações adicionais sobre a estrutura de capital e o fluxo de caixa consolidado resultantes da aquisição, além de mais detalhes sobre o financiamento da operação.

Na última sexta-feira, 30 de janeiro, a Camargo Corrêa comprou a participação de 50% da Votorantim Participações no capital da VBC Energia - holding que controla a CPFL Energia. Com a operação, a empresa exerceu o direito de preferência, tornando-se a única acionista na empresa - por consequência, aumentando a participação na CPFL. O valor da aquisição é de R\$ 2,563 bilhões.

CEEE amplia consertos em razão das chuvas no RS (*CanalEnergia*) 03/02/09

No último sábado, 31 de janeiro, concessionária realizou cerca de 200 serviços em Porto Alegre

Da Agência CanalEnergia, OeM

A CEEE (RS) reforçou desde a última quarta-feira, 28 de janeiro, os consertos nos locais onde a rede de energia foi afetada pelas chuvas que atingiram a região Sul. A concessionária intensificou os trabalhos nos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão e Morro Redondo. A distribuidora também reforçou equipes em Porto Alegre, Alvorada e Viamão, onde árvores provocaram desligamentos pontuais e isolados em bairros da capital e de cidades da região metropolitana.

De acordo com a empresa, a maior dificuldade encontrada foi o acesso ruim em algumas localidades. As cidades afetadas registram problemas como redes arrebentadas, postes caídos e transformadores queimados. No último sábado, 31 de janeiro, a CEEE realizou cerca de 200 serviços em Porto Alegre.

Furnas investirá R\$ 90 milhões na LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (*CanalEnergia*) 03/02/09

Início das obras da linha de transmissão será no final de 2009 e a previsão é de que o empreendimento entre em operação em outubro de 2011

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios

Arrematada por Furnas no último leilão de linhas de transmissão, que aconteceu em outubro do ano passado, a LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2, receberá investimentos da ordem de R\$ 90 milhões. Parte dos recursos poderá sair de um financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. "Furnas buscará financiamento junto ao BNDES", afirmou o superintendente de Empreendimentos de Transmissão da estatal, Laércio Mazzo.

Segundo ele, o cronograma montado pela companhia indica o início das obras da linha de transmissão para final de 2009 e a previsão é de que o empreendimento entre em operação em outubro de 2011. "O contrato de concessão foi assinado com a Aneel no último dia 28. A partir daí, Furnas dará continuidade ao processo de licenciamento ambiental, realizará a elaboração dos projetos e iniciará a aquisição dos equipamentos e materiais", contou Mazzo. De acordo com o superintendente, o empreendimento ainda não tem um EPCista, pois as contratações ainda serão efetuadas.

A linha de transmissão, localizada no estado de Minas Gerais, terá uma receita anual permitida de R\$ 6.832.944,00. Durante a fase de construção, a LT deverá gerar cerca de 1000 empregos diretos e indiretos. "O empreendimento proporcionará maior confiabilidade no suprimento de energia para a região da Mantiqueira", afirmou o executivo.

Aneel autoriza início de operação de 104,1 MW (*CanalEnergia*) 03/02/09

Decisão favorece a Usinas Siderúrgicas de MG, Siif Cinco Geração e Comercialização, Energética Saudades e Vale dos Ventos Geração Eólica

Da Agência CanalEnergia, OeM

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial de 104,1 MW nos estados de Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Paraíba. A decisão, publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 2 de fevereiro, favorece a usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, a Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia, Energética Saudades e a Vale dos Ventos Geração Eólica.

Em Ipatinga (MG), a térmica Usiminas 2 iniciou a operação da unidade 1, de 63,15 MW de capacidade instalada, que pertence à Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais. A PCH Barra Escondida, da Energética Saudades, foi autorizada a iniciar a operação de 2,25 MW de capacidade instalada.

Na Paraíba, a Vale dos Ventos colocou em funcionamento 13,54 MW das eólicas Caravela, Albatroz e Camurim, cada uma entrando com seis unidades de 0,8 MW limitadas a 0,75 MW. No Ceará, entram em operação 12 unidades, que totalizam 25,2 MW da Eólica Foz do Rio Choró, da Siif.

SINDICAL

Agenda positiva contra a crise (*CUT Nacional*) 03/02/09

Escrito por Isaías Dalle

CUT e Associação Brasileira da Micro e Pequena Indústria fecham protocolo de acordo para preservar cerca de 3 milhões de empregos e salários

A CUT, a Assimp (Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria) e o Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo) assinaram na tarde desta terça, dia 3, um protocolo de acordo em que as duas partes propõem garantia de emprego e dos salários de aproximadamente 3 milhões de trabalhadores que atuam neste segmento, em troca de redução da carga tributária durante quatro meses, mais alongamento do perfil das dívidas que o setor tem junto ao sistema financeiro. Veja a íntegra do acordo ao final deste texto.

O acordo também reivindica medidas governamentais que combatam práticas de comércio internacional predatórias. Segundo a Assimp, há grandes corporações multinacionais que estão comprando no exterior componentes a preços mais altos que os fabricados por empresas brasileiras, o que é nocivo ao emprego local e ao crescimento do mercado interno.

Artur e Couri em entrevista As micros e pequenas empresas empregam cerca de 70% da mão-de-obra no Brasil. Dentro desse universo, as micros e pequenas indústrias, calculadas em 800 mil em todo o País, respondem por 3 milhões de empregos diretos. São consideradas micro ou pequena as empresas que têm até 50 funcionários.

"Este é mais um passo em nossa jornada, junto com empresários brasileiros, no sentido de construir uma agenda positiva para enfrentar e superar a crise financeira internacional", disse o presidente da CUT, Artur Henrique, no início de entrevista coletiva realizada na sede do Simpi, capital paulista. Na sexta-feira passada, a CUT e a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) fecharam acordo semelhante. "Para a CUT, o mais importante é que a garantia de emprego e do valor dos salários seja o primeiro ponto de qualquer acordo".

"Neste acordo, há outras duas questões significativas. A primeira é ampliar o acesso ao crédito produtivo para este setor, e a um custo mais baixo. Para tanto, e nós incluímos isso no acordo, estamos propondo um plano de renegociação das dívidas, através do alongamento do perfil desses débitos, para desafogar o setor e permitir, inclusive, que tomem mais crédito. Os bancos continuam com lucros estratosféricos e não têm dado sua contribuição", explicou Artur. "O outro ponto é a desoneração temporária do ICMS e do ISS. Com esses dois mecanismos, por quatro meses, acreditamos poder enfrentar o período mais crítico do ano, apostando que a partir de maio o ritmo da economia possa retornar ao verificado no ano passado, quando então o acordo se encerra", disse também Artur.

A proposta de renegociação das dívidas, segundo informaram Artur e Joseph Couri, presidente da Assimp e do Simpi, será levada no próximo dia 16 a uma reunião com os bancos públicos brasileiros. "Vamos aproveitar a reunião com estes bancos de fomento, já marcada, para debater e lutar para aprovar esta proposta", afirmou Couri.

Logo após a coletiva, a Assimp, o Simpi e a CUT providenciaram o envio do texto do protocolo e uma carta conjunta pedindo abertura de negociações a todos os governadores de Estado. "Queremos aqui dizer que os governadores precisam fazer sua parte. O que estamos construindo são alternativas ao clima derrotista. O Brasil pode crescer em meio à crise, as condições estão dadas, mas precisamos inverter o sinal. E salário e emprego preservados são essenciais", disse Couri.

As duas entidades também fecharam acordo para montar um comitê de acompanhamento periódico do desenrolar do acordo, para checar resultados e garantir o cumprimento das metas de emprego. O comitê também terá a função de acompanhar o repasse da redução tarifária para o preço final dos produtos.

Couri lembrou também que os efeitos positivos do Simples nacional (regime especial de tributação das micro e pequenas empresas) estão anulados pela prática de governos estaduais elevarem o ICMS. "Precisamos retomar as condições que estavam dadas".

Veja o protocolo:

AGENDA POSITIVA ANTI-CRISE

PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO

Protocolo de entendimento que fazem entre si, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Tipo Artesanal do Estado de São Paulo, sindicato representativo das micro e pequenas indústrias com até cinquenta empregados - SIMPI e a Associação Nacional Dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria - ASSIMPI, com o objetivo de:

- 1 - Preservar os empregos e a renda dos trabalhadores de setores estratégicos da economia brasileira;
- 2 - Reduzir o custo e o preço final de produtos, bens e serviços, estimulando investimentos produtivos e consumo em todos os setores da economia para fortalecer o mercado interno e preservar as empresas nacionais;
- 3 - os signatários deste protocolo reivindicam ao Governo Brasileiro sempre que sejam constatadas práticas comerciais predatórias no cenário internacional, em detrimento de fornecedores nacionais e do emprego no Brasil, que sejam tomadas medidas necessárias que evitem tais práticas;
- 4 - Preservar a atividade produtiva da indústria, do comércio, da agricultura e dos serviços no Brasil;
- 5 - Contribuir para a rápida retomada do crescimento econômico da forma social menos onerosa e mais solidária,

CONSIDERANDO:

A necessidade do fortalecimento do mercado interno, como fator crucial para o crescimento, com medidas de geração de emprego e renda e consolidação das políticas de valorização do salário mínimo, de transferência de renda e de apoio à micro, pequena e média empresa;

A urgência na implementação de uma firme e ágil trajetória de redução da taxa básica de juros, diminuindo o custo do crédito, estimulando o consumo, e contribuindo para criar uma expectativa de investimento, defesa do emprego e da produção nacional;

Que a implantação das medidas de política fiscal, monetária e creditícia sejam aceleradas e que a efetividade dessas medidas seja permanentemente acompanhada e monitorada;

A importância das medidas, articuladas com União, Estados e Municípios, para manutenção da atividade econômica, como: incentivos às exportações, ampliação do crédito, e desonerações de impostos que incidem sobre o setor produtivo.

A CUT, o SIMPI e a ASSIMPI acordam entre si encaminhar a seguinte proposta:

1 - Implantar um Regime Especial de Desoneração Tributária para o Setor, com Compromisso de Manutenção de Empregos.

- O Regime Especial vigorará por quatro meses e será viabilizado mediante adesão formal a este Protocolo que contará com a supervisão e acompanhamento das entidades que o estabelece;
- Consistirá em isenção do PIS, COFINS, ICMS e ISS;

- A empresa que aderir ao Regime Especial se compromete a manter o nível de emprego registrado no dia 30/01/2009, através de acordo firmado com o sindicato de trabalhadores, com assistência e acompanhamento do SIMPI no Estado de São Paulo e simples acompanhamento da ASSIMPI nos demais estados, ressalvados os casos em que existam condições estabelecidas mais favoráveis aos trabalhadores já firmadas com os Sindicatos. Em caso de descumprimento desse acordo, a empresa fica automaticamente excluída do Regime e deverá ressarcir aos cofres públicos os tributos originalmente exigíveis.

2 - Constituir um grupo tripartite (representação dos trabalhadores, empresários e dos governos federal, estaduais e municipais) para o acompanhamento, fiscalização e avaliação dessa medida. Esse grupo deverá reunir-se quinzenalmente e ao final do trimestre avaliar os resultados e a necessidade de prorrogação do Regime Especial e a necessidade de outras medidas frente à conjuntura.

3 - Estabelecer com o BNDES, a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, negociações para:

- Aumentar o limite de crédito do cartão BNDES;
- Alongar o prazo de pagamento dos financiamentos contratados por micro e pequenas indústrias, e ou diferir as parcelas com vencimento nos próximos 6 meses para o final do contrato;
- Ampliar e desburocratizar o acesso das micro e pequenas empresas às linhas de capital de giro do BNDES, e dos demais bancos;
- Estudar outras medidas de fortalecimento das micro e pequenas indústrias, com contrapartidas sociais.

4 - Propor ao Governo Federal a estruturação de Plano de Renegociação de Dívidas para micro e pequenas empresas, assalariados e trabalhadores em geral.

5 - Defender junto ao Governo a ampliação do Conselho Monetário Nacional, com a participação dos trabalhadores, empresários e sociedade civil, com o objetivo de:

- Diminuir a periodicidade das reuniões
- Manter/acelerar a trajetória de queda da taxa Selic e dos spread bancário.

A CUT, o SIMPI e a ASSIMPI levarão esse protocolo ao Governo Federal, aos governos Estaduais e Municipais, a fim de que seja criado o Regime Especial de Desoneração Tributária para o Setor, com o compromisso de manutenção do Emprego.

Vitória da classe trabalhadora! (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Após pressão da categoria, TRW cede e cancela 86 demissões em Diadema

Arquivo Secom/CUTApós greve, protestos e muita negociação, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC conseguiu que a TRW cedesse e cancelasse as demissões de 86 trabalhadores da fábrica de Diadema – retornam ao trabalho na próxima segunda-feira (9). No dia 20 de dezembro do ano passado, a empresa de autopeças enviou comunicado de demissão, via correio, a 172 trabalhadores.

O Sindicato não reconheceu as dispensas e deu início à luta para evitar o corte. Na tarde de segunda-feira (02), os trabalhadores aprovaram em assembléia o resultado das negociações: recontrações, estabilidade de 90 dias e pacote de benefícios para os outros 86 funcionários que tiveram as dispensas confirmadas (leia abaixo).

“O retorno desses trabalhadores à fábrica é fruto da luta que foi feita pelo sindicato e os funcionários. A fábrica não fez o que quis, porque a intenção da empresa era demitir todos os 172 trabalhadores sem nenhuma negociação nem pacote

de benefícios, mas enfrentou a nossa forte resistência”, avaliou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Sérgio Nobre.

PACOTE PARA OS DEDITADOS

O pacote negociado com a empresa e aprovado pela assembléia fixa 90 dias de estabilidade para todos os trabalhadores – de 9 de fevereiro a 9 de maio - e estabelece o pagamento de três salários adicionais, seis meses de cesta básica e seis meses de convênio médico para os funcionários dispensados.

NEGOCIAÇÃO ABERTA COM FEDERAL MOGUL

A direção do Sindicato conseguiu abrir negociação com a Federal Mogul, de Diadema, empresa que quer dispensar 81 trabalhadores. A empresa, que fornece peças para fabricantes de motos, comprometeu-se com os Metalúrgicos em apresentar uma alternativa às demissões num prazo de 15 dias.

Reunião nesta terça bateu o martelo (*CUT Nacional*) 03/02/09

Escrito por Leonardo Severo

Governo atende CUT e movimentos pela democratização. Conferência Nacional de Comunicação já é realidade.

Rosane Bertotti (CUT) Em reunião na manhã desta terça-feira em Brasília com a CUT, os movimentos sociais e demais entidades que lutam pela democratização da comunicação, o governo federal confirmou para os dias 1 a 3 de dezembro a realização da Conferência Nacional de Comunicação.

"Com a confirmação concretizamos uma luta histórica, uma demanda dos movimentos sociais que deve apontar para a construção de políticas públicas de comunicação, de um novo marco regulatório que faça frente à desinformação e ao monopólio da palavra exercido pela grande mídia", declarou a secretária de Comunicação da CUT nacional, Rosane Bertotti, que participou da reunião.

Na avaliação de Rosane, "este é um momento bastante propício para irmos além da reflexão e denúncia dos efeitos nocivos provocados pela concentração midiática sobre o terreno da consciência. Precisamos abrir espaço sendo propositivos, a fim de erguermos coletivamente um novo sistema de comunicação, plural, que dê espaço para a diversidade e para o debate de idéias, colocando a informação a serviço da verdade e não de interesses econômicos". Do ponto de vista cutista, ressaltou a secretária nacional de Comunicação, "é uma excelente oportunidade para espraarmos este debate, trazendo a riqueza da contribuição das nossas bases, articulando com as demais entidades populares propostas que dêem visibilidade aos atores sociais, constantemente criminalizados por uma mídia que atenta contra o interesse nacional, que multiplica a desinformação, a violência e o preconceito".

Entre outros, estiveram presentes a deputada federal Luiz Erundina (PSB-SP), da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, representantes da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência, do Ministério das Comunicações, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e do Coletivo Intervezes. Nas próximas semanas será lançado o decreto convocando o evento. As entidades da sociedade civil voltam a se reunir na próxima sexta-feira (6), em Brasília, para definir os nomes que participarão da Comissão Organizadora da Conferência.

Bahia e Paraíba (*CUT Nacional*) 03/02/09

Escrito por Leonardo Severo

Com a construção civil aquecida, Sindicatos exigem aumento real mais expressivo

Assembléia em João Pessoa Duas expressivas assembléias realizadas pelos sindicatos cutistas do Ramo da construção de João Pessoa (PB) e Camaçari (BA) ilustram a ofensiva desencadeada por aumentos reais mais robustos no setor, aquecido pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pela ampliação de linhas de crédito imobiliário com redução da taxa de juros para os financiamentos e a desoneração de impostos da cesta básica de produtos. Entre os itens que tiveram isenção de IPI ou sua alíquota reduzida encontram-se caixas d'água, esquadrias de madeira e metal, tubos de conexão de PVC, fios e cabos condutores, material para andaimes, argamassa, tintas e vernizes, louças sanitárias, e ladrilhos e lajes para pavimentação e revestimento, aquecendo a economia e ampliando a geração de empregos. As vendas internas de cimento em dezembro tiveram o melhor desempenho para o mês em dez anos, alcançando 3,9 milhões de toneladas, com crescimento de 11% sobre o mesmo período de 2007. Em 2008, a alta foi de 14,3%, alcançando 51,1 milhões de toneladas.

"Mais do que resistir à política esboçada por setores do patronato, que vêm na crise - inexistente no Ramo da construção - uma possibilidade de esfoliar seus trabalhadores com arrocho e precarização, o exemplo dado por esses dois Sindicatos honra a trajetória de luta e conquista do sindicalismo cutista", declarou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom), Waldemar Pires de Oliveira. "Precisamos fazer a roda da economia girar para frente: mais salário, mais emprego, mais consumo. Daí a importância de garantirmos o maior aumento e as melhores cláusulas sociais possíveis, pois além de fazer justiça à categoria, abrimos condições para novas vitórias ao conjunto da classe ao elevarmos o patamar das conquistas", acrescentou Waldemar.

PARAÍBA - De acordo com o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção de João Pessoa e da Conticom/CUT, Paulo Marcelo de Lima (Paulinho), o dirigente da entidade patronal da capital paraibana teve o desprate de declarar a um jornal local que embora a crise não afete o setor, não concorda com o aumento real reivindicado pelo Sindicato "por precaução". Posteriormente, diante da repercussão negativa nos canteiros de obras e na sociedade, o líder patronal recuou.

"Aprovamos em assembléia um indicativo de greve para o dia 16 de fevereiro. Se até lá o empresariado não apresentar uma proposta de recuperação dos salários, a paralisação vai estourar", alertou Paulinho, lembrando que a categoria reivindica 20% de reajuste para garantir a equivalência com Pernambuco, pois apesar do metro quadrado nos dois estados ser equivalente, o estado vizinho paga 20% a mais.

Conforme o dirigente paraibano, "o mercado da construção está bastante aquecido, com vários lançamentos ocorrendo, e muitas obras públicas em andamento, como a duplicação da BR 101, que envolve mais de três mil operários; barragens e adutoras. Além disso, aprovada no PAC, vai sair a reforma do Porto de João Pessoa, com a contratação de cerca de mil trabalhadores. Isso tudo fez com que vários empresários tenham procurado o Sindicato e fechado acordo, posteriormente revisto por pressão do Sinduscon (Sindicato patronal)".

Contra a proposta do Sinduscon, limitada ao INPC (cerca de 7%), o Sindicato pressiona por reajuste de 20%. "O momento é favorável, temos de endurecer", ressaltou Paulinho. Uma nova rodada de negociação está marcada para a próxima segunda-feira (9).

BAHIA - Um dos principais pólos de desenvolvimento da Bahia, Camaçari também enfrenta de cabeça erguida a chantagem e a miopia empresarial e suas propostas indecentes de reajuste de 5% nos salários e na cesta básica, contra uma inflação de 6,48% (ICV Dieese). De acordo com Antonio Ubirajara Santos Souza (Bira), presidente do Sindicato de Camaçari, a disposição da categoria é de ir à greve, pois o visível aquecimento do mercado é propício a reivindicações.

"Nós defendemos o ICV Dieese mais 15% de ganho real e cesta básica de R\$ 200,00, contra os R\$ 50,00 atuais. O patronal ofereceu absurdos R\$ 2,50 de aumento, enquanto vários empresários já procuraram o Sindicato oferecendo 12% de reajuste salarial. Temos 25 mil operários na base e vamos à luta para garantir os 21,48%. O setor de montagem e manutenção está contratando, há boas perspectivas de crescimento e é injustificável que o empresariado se mantenha intransigente sem repassar parte dos seus ganhos para a mão-de-obra", acrescentou Bira.

Autista, setores do empresariado fingem desconhecer as excelentes perspectivas do Ramo em Camaçari e na região, que conta com as obras do Bairro Novo, projeto empresarial de cinco anos que entrega 500 casas e apartamentos populares a cada semestre e vultosos recursos públicos do PAC para duas termelétricas - cujas obras empregam cerca de três mil operários -; a construção de gasodutos em obras da Petrobrás e a aprovação da ampliação da refinaria Randulfo Alves, com a contratação de 12 mil trabalhadores a partir de março na circunvizinha cidade de Candeias. "Estamos aguardando uma resposta dos patrões, que precisam demonstrar responsabilidade e deixar a intransigência de lado. A categoria está mobilizada e vai à luta para exigir o que é seu e garantir que se faça justiça", enfatizou Bira.

MAIS INFORMAÇÕES -

Bira - Camaçari-BA (71) 3415.8300

Paulinho - João Pessoa-PB (83) 3221.1807

Pelo cumprimento integral dos acordos coletivos (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por CUT/DF

CUT-DF entrega pauta de reivindicação dos aeroportuários à direção da Infraero

Para defender uma lista de reivindicações, os trabalhadores do Aeroporto Internacional de Brasília, Juscelino Kubitschek, realizaram assembleia nesta terça-feira (3), às 9 horas, no desembarque doméstico. Estiveram presentes no encontro a CUT-DF e várias entidades sindicais que representam a categoria e se articulam dentro da Central.

No encontro, foi definido que a CUT-DF encaminhará a pauta de reivindicação da categoria à direção da Infraero e que, caso a empresa permaneça inflexível, os trabalhadores entrarão em estado de greve. Para avaliar o processo de negociação e traçar os eixos de luta, será agendada nova assembleia.

Dentre as reivindicações dos trabalhadores do Aeroporto Internacional de Brasília, está o cumprimento integral dos acordos coletivos firmados pelos sindicatos das diversas categorias profissionais com atuação no aeroporto; o fim do assédio moral; melhores condições de trabalho, com ênfase na segurança e saúde dos empregados, entre outros itens.

UNIÃO E LUTA NO AEROPORTO

Por Rejane Pitanga, presidente da CUT-DF

Os cerca de seis mil trabalhadores que mantêm o Aeroporto Internacional de Brasília funcionando 24 horas por dia, nos 365 dias por ano, precisam ter seus direitos plenamente respeitados. Merecem melhores salários e mais benefícios. Não podem mais continuar sujeitos aos mandos patronais que se dão fora do alcance dos olhos de quem chega ou parte voando da capital federal.

É inadmissível que ali onde transitam cidadãos de todas as partes do país e do mundo, incluindo representantes de todos os poderes da República, os trabalhadores que a todos servem estejam a clamar por questões básicas como, por exemplo, um local em que possam se alimentar sem ter que desfazer das parte substancial do salário, e por transporte público de qualidade, porque enfrentam, junto com os usuários do serviço aéreo, inúmeras dificuldades impostas por deficiências do sistema.

Pior ainda é constatar que há também, em grande quantidade, os que levam aos seus sindicatos denúncias de assédio moral (leia-se pressão acintosa) praticado por chefias. A todos os problemas levantados pelos trabalhadores do aeroporto, compondo extensa pauta de reivindicações, soma-se ainda a permanente ameaça de privatização da Infraero.

Para os que pensam que não há mais com piorar as coisas, o fundo do poço está exatamente aí: na entrega do controle da administração dos aeroportos à iniciativa privada. Como diz a campanha lançada pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários, a Infraero é nossa. É patrimônio do povo brasileiro e como tal deve ser preservada. O que se faz necessário é que a empresa se mostre e se comporte como sendo de fato pública, a serviço da sociedade e atenta ao que se passa com os trabalhadores em aeroportos, seja qual for a sua categoria profissional.

Crise (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Agência de Desenvolvimento participa de seminário sobre o tema no ABC

O diretor executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Fausto Cestari, confirmou na sexta-feira passada (30) a participação da entidade no seminário que será realizado na região para definir ações de enfrentamento da crise econômica internacional. "Estamos dentro desse debate. Não tem como a Agência não entrar nessa discussão", disse Cestari, durante encontro com Rafael Marques, vice presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e Adonis Bernardes, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

A Agência, criada em 1998, tem participação do empresariado e das associações comerciais, dos prefeitos, faculdades e sindicatos da região. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável do ABC. Para Rafael Marques, a participação da Agência fortalece a ideia de reunir todos os atores em torno de um grande debate que aponte ações de consenso. "Vamos, agora, procurar o governo estadual, pois queremos a participação do governador nesse debate. O presidente Lula já confirmou apoio e disse que mandará ministros para participar do seminário", disse.

Rapidez

Segundo Cestari, muitas empresas já sofrem com a falta de crédito e precisam de ações de curto prazo, que sejam rápidas e eficazes: "As pequenas e micro empresas precisam de uma injeção de dinheiro nas veias". Ele disse ainda que é possível trabalhar formas de consenso entre os governos, as empresas e sindicatos que impeçam as demissões de

trabalhadores Rafael afirmou que o seminário deve ter forte caráter regional, estabelecendo ações conjuntas que sinalizem para superação da crise em todo o País.

Santander (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Sindicato dos Bancários de SP

Bancários do Casa 3 decidem permanecer parados

Em assembléia realizada ao meio-dia desta terça-feira, dia 3, em frente ao Casa 3, os bancários que trabalham na concentração do Santander localizada na Avenida Interlagos decidiram permanecer parados durante todo o dia. A votação foi feita com cédulas e a apuração mostrou que mais de 90% das pessoas decidiram pela manutenção do protesto. Cerca de 1.800 bancários estão parados no local.

Polícia – O banco, no entanto, não quis respeitar a decisão dos trabalhadores e chamou a polícia para forçar a abertura do local. Diante disso, o ato legítimo e pacífico dos bancários foi transformado. Dois dirigentes sindicais foram levados para a delegacia: a diretora do Sindicato Rita Berlofa e o diretor da Fetec/CUT-SP Adalto Uchoa.

Lucro e demissões – O ato, que começou nas primeiras horas do dia, tem como objetivo mostrar o repúdio dos bancários às demissões anunciadas em janeiro e exigir seriedade do banco no processo de negociação com os trabalhadores. O Santander interrompeu na semana passada, sem previsão de retorno, seis meses de negociações. Isso aconteceu alguns dias depois do anúncio de cerca de 400 demissões no país.

Na semana passada, o banco espanhol anunciou que seu lucro recorrente em 2008 foi quase 10% superior ao registrado em 2007. Segundo a diretora do Sindicato e funcionária do Santander Rita Berlofa, os bancários deram uma grande demonstração de força. "O banco está tratando com imenso desrespeito os trabalhadores.

Não descansaremos enquanto o banco cessar de fato as demissões e retomar a seriedade das negociações. Exigimos que a empresa trate os bancários brasileiros da mesma forma que os espanhóis com o respeito ao emprego de todos os funcionários", disse a dirigente, pela manhã, antes de ser levada à delegacia.

Petroleiros não pagarão a conta da crise (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Imprensa da FUP

FUP volta a cobrar avanços da Petrobrás e intensifica mobilizações

Fevereiro marca o início das comissões de acompanhamento do Acordo Coletivo e, novamente, a Federação aproveitará esse espaço para reafirmar para a direção da empresa que os trabalhadores não pagarão por uma crise que não criaram. "Em nome de uma famigerada restrição internacional de crédito, querem impor à classe trabalhadora mais sacrifícios; já tem empresário dizendo abertamente na mídia que é necessário cortar salários e direitos, e isso não vamos aceitar de maneira alguma", afirma o coordenador da FUP, João Moraes.

Em relação à Petrobrás, Moraes afirma que os constantes cortes em segurança, como cancelamento de cursos e falta de investimento SMS, o não cumprimento da cultura de adiantar a PLR no início do ano, o não pagamento de horas extras realizadas, entre outros pontos, demonstra uma política clara de tentar jogar o ônus da crise para os petroleiros e petroleiras. "A CUT propôs, recentemente, que em vez de cortar empregos e salários, que sejam suspensos o pagamento de dividendos dos acionistas, esta pequena proposta mostra que existem diversas alternativas que não passam pelo corte de direitos trabalhistas", afirma Moraes.

Nas reuniões de acompanhamento do ACT, a FUP voltará a intensificar suas mobilizações, como a que ocorreu no Rio, durante a reunião do Conselho de Administração da Petrobrás.

Não ao aumento de passagens (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por CUT-DF

CUT-DF e movimentos populares apontarão estratégias de luta na próxima quinta-feira (5)

Na última sexta-feira (30/1), o secretário de Transportes do Distrito Federal, Alberto Fraga, confirmou o aumento das passagens de algumas linhas de micro-ônibus e do metrô que circulam na região. O reajuste, que passou a valer nesse domingo (1º), chegou à 50%, porcentagem que vai pesar no bolso dos usuários do transporte público. Para barrar o aumento abusivo das passagens, a CUT-DF convoca todos os sindicatos filiados, partidos políticos, movimentos populares e a população em geral para uma reunião na próxima quinta-feira (5), às 10 horas, no auditório do Sindágua.

A deliberação foi feita no encontro desta segunda-feira (2), em que os participantes definiram que é necessário fortalecer ainda mais o movimento para dar continuidade às ações contra o aumento de passagens. No próximo encontro, será aprovado uma carta à população explicando o prejuízo que o aumento das passagens trará, além de agendado panfletagens, atos e manifestações.

Rombo no bolso

Com o aumento das passagens, algumas linhas do micro-ônibus que custavam R\$ 1, passaram a valer R\$ 1,50. Já quem usa o metrô terá que desembolsar R\$ 3 em cada trecho de segunda a sexta-feira e, nos sábados e feriados, quando há promoção, R\$ 2, preço que antes era cotado em R\$ 1. Com isso, um trabalhador, por exemplo, que gastava R\$ 80 por mês de transporte, passará a gastar R\$ 120. Por ano, descontando o mês das férias, a diferença chega a R\$ 440, quase o valor de um salário mínimo (R\$ 465).

SERVIÇO

Reunião para traçar eixos de luta contra o aumento de passagens no DF

DATA: 05 de fevereiro - quinta-feira

HORÁRIO: 10 horas

LOCAL: Setor de Diversões Sul – Conic, Ed. Venâncio V, sala 208 – auditório do Sindágua

CNTE/CUT (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por CNTE

Falta de limites leva violência para a escola

A falta de limites, a inexistência de diálogo entre pais e filhos e a insuficiência de políticas públicas para a educação são alguns fatores que contribuem para o aumento da violência nas escolas. E se engana quem pensa que os jovens de rua sejam os principais atores dessa violência: uma juventude rebelde e sem disciplina está presente em todas as classes sociais.

A sobrecarga no trabalho e a falta de tempo livre da vida moderna podem deixar os pais desatentos com relação à família, o que transforma o ambiente dentro de casa, refletindo no comportamento dos filhos. A problemática chega à novela Caminho das Índias. O horário nobre deu início à abordagem de uma realidade que muitos vivenciam em suas casas ou escolas e se assustam com a dimensão que o problema assume. A autora da trama mostra que a violência e o comportamento agressivo dentro da escola tem origem dentro de casa.

Apresenta pais que perderam o controle sobre o jovem que não cumprem a obrigação de educar, não exigem limites e dão tudo aos filhos como forma de compensar a impaciência ou, muitas vezes, a falta de tempo devido ao trabalho e jogam o peso dessa responsabilidade para a escola.

A CNTE é da opinião que a violência não é produzida na escola, mas a escola sofre os seus impactos. Não são raros os casos de carros de professores apedrejados e danificados, brigas que acabam em morte, educadores agredidos fisicamente, bullying etc. A gestão democrática na escola é um dos caminhos para reverter o problema, porque ao envolver a comunidade na organização escolar, se estreita o vínculo aluno-família-escola, tornando mais eficaz a superação de conflitos dessa natureza.

É preciso admitir que a violência tem efeito negativo no dia-a-dia e na aprendizagem de alunos e que as autoridades políticas e educacionais precisam de determinação para enfrentar o problema. Câmeras, catracas e policiamento ostensivo nas escolas podem ajudar, mas não são a solução, uma vez que expulsando os responsáveis pela agressão, não são expulsas as razões que levam às situações de violência.

E é importante que alunos, professores, diretores voltem a sentir o prazer de conviver nesse espaço e ele volte a ser, como dizia o educador Paulo Freire, uma escola feliz. Agora que o tema violência nas escolas entrou no horário nobre, esperamos que as autoridades envolvidas na área dediquem mais atenção ao assunto e ajudem a diminuir o problema no país.

Governo anuncia plano para construção de 500 mil moradias populares em todo país (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou hoje (3) que em cerca de dez dias ministros apresentarão a ele um plano para a construção de 500 mil casas em todo o país. “Daqui a uns 10 dias, a Dilma Rousseff [ministra-chefe da Casa Civil], o Guido Mantega [ministro da Fazenda] e o Márcio Fortes [ministro das Cidades] vão apresentar um plano para construirmos mais 500 mil casas neste país, além daquelas que a Caixa Econômica já constrói”.

Lula destacou que a geração de empregos é a principal motivação da medida. “Vamos fazer isso por que precisamos gerar empregos”. Nos próximos dias, o governo vai lançar um conjunto de medidas para incentivar a construção civil. O plano seria apresentado na semana passada, mas foi adiado porque o presidente Lula quer reduzir ainda mais o custo do financiamento habitacional e conceder mais facilidades às famílias com renda inferior a cinco salários mínimos (até R\$ 2.075).

A meta do governo é financiar 1 milhão de novos imóveis até 2010. As afirmações de Lula foram feitas durante discurso em Manguinhos, no Rio de Janeiro. Lá, o presidente inaugurou a Escola Estadual Luiz Carlos da Vila, obra que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A escola tem capacidade para atender 1,5 mil alunos de ensino médio.

Os trabalhadores e o novo cenário econômico. A CUT frente à crise (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por CUT/RJ

Debate com Miguel Rosseto, diretor da Petrobrás, e a economista Maria da Conceição Tavares, no Sindicato dos Bancários do Rio, nesta sexta-feira, 06/02, às 18h.

A CUT Socialista e Democrática (CSD), corrente interna da Central Única dos Trabalhadores, realiza na próxima sexta-feira a abertura de sua III Conferência Estadual com o debate Os Trabalhadores e o Novo Cenário Econômico. CUT frente à crise.

O debate, que terá as presenças de Miguel Rosseto e Maria da Conceição Tavares, será no Sindicato dos Bancários do Rio (Avenida Presidente Vargas 502/21º andar) e começa às 18h.

Bancários do Bradesco recebem PLR na 6ª, dia 6 (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Sindicato dos Bancários de SP

Banco vai pagar 2,2 salários de participação no lucro que chega a R\$ 7,620 bilhões São Paulo - Os bancários do Bradesco terão creditada nesta sexta-feira, dia 6, a segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A empresa vai cumprir a regra assegurada na Convenção Coletiva de Trabalho nacional e a PLR corresponderá a 2,2 salários para cada trabalhador, com teto de R\$ 13.862.

Dessa distribuição será descontada a primeira parcela creditada no ano passado e que correspondeu a 45% do salário mais R\$ 483. O Bradesco divulgou o lucro líquido de R\$ 7,620 bilhões nesta segunda, dia 2. No balanço, verifica-se que a carteira de crédito atingiu R\$ 215,345 bilhões, alta de 33,4% em relação a 2007.

As operações com pessoas físicas e jurídicas também cresceram e totalizaram R\$ 73,768 (alta de 24,4%) e R\$ 141,577 bilhões (38,6% maior), respectivamente. “O lucro do Bradesco, com certeza, figurará entre os maiores de toda a economia do país e isso é resultado direto do empenho de cada bancário”, afirma a secretária-geral do Sindicato, Juvandia Moreira, acrescentando que o Sindicato tem reivindicado que o banco valorize mais seus trabalhadores por meio de um plano de cargos, carreiras e salários, o auxílio-educação e a inclusão dos pais no plano de saúde.

Para o valor adicional da PLR, embora o Sindicato tenha reivindicado o pagamento pelo teto, o banco aplicará a regra. “Os bancários receberam R\$ 173 de adicional o que frustrou os trabalhadores”, acrescenta Juvandia.

Evo lança jornal estatal para enfrentar guerra da informação (CUT Nacional)

03/02/09

Escrito por Por Spensy Pimentel, na Carta Maior

Em 22 de janeiro, mesma data em que o presidente Evo Morales Ayma completou três anos à frente do governo boliviano e apenas três dias antes do referendo popular que consagrou a nova Constituição do país, começou a circular na Bolívia mais um jornal, El Cambio. A ver: não se trata de mais um jornal, mas sim de um diário estatal.

"A verdade nos faz livres" é o mote que acompanha o título do jornal em sua capa. E foi de liberdade jornalística que falou Evo na entrevista em que lançou a publicação: "[Aos jornalistas do novo diário] lhes pedimos não tergiversar nem mal-interpretar, como fazem alguns meios de comunicação". "Todos mentem e por isso precisamos ter nosso próprio diário. Pela primeira vez o Estado terá seu próprio jornal, o qual será distribuído todo dia com a verdade."

O diretor do novo diário, Delfin Arias Vargas, explica que foram dois os estopins para a decisão de lançar o jornal: primeiro, a forte campanha dos meios de comunicação contra a nova Constituição, ao longo dos últimos meses; segundo, uma reportagem do jornal La Prensa, em dezembro, que acusou Evo de estar vinculado aos donos de 33 caminhões de contrabando que foram liberados de forma irregular num posto aduaneiro da região de Cobija - fato ocorrido em agosto. A relação de Evo com os criminosos seria provada por um vídeo distribuído por um deputado da oposição - ao qual o governo acusou de ter forjado a suposta prova.

Mas a missão do novo jornal, que vem sendo publicado em formato tablóide, com 16 páginas, não é a de ser "pró-governamental", diz Delfin, que encontramos na última sexta-feira em seu escritório ainda improvisado, nas dependências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), no bairro de Sopocachi, em La Paz.

"Esse jornal não pode ser do governo, ele é estatal. Estamos manejando a informação como pensamos que se deve, como um bem social ao qual o povo boliviano tem direito", vai explicando ele, em meio a interrupções de vários pedidos para assinar ordens de compra de materiais ou de gente que lhe avisa das providências que estão sendo tomadas para transformar o antigo depósito em uma redação jornalística. Pudera, entre a ordem de Evo para que fosse formado o diário, em 4 de janeiro, e ida de sua primeira edição às bancas, passaram-se meros 18 dias, segundo conta o jornalista.

A rapidez foi possível, conta ele, porque a base da equipe de El Cambio foi formada a partir dos profissionais da Agência Boliviana de Informação (ABI), a qual era comandada por Delfin até o início do ano. Outra parte dos profissionais foi selecionada nas últimas semanas.

"Aqui não há militantes, há jornalistas profissionais. Em nenhum momento se perguntou se eram filiados a algum partido ou movimento social, o que examinamos foi seu currículo profissional", conta ele, que, junto com parte dos demais jornalistas que chefiam a equipe de 30 pessoas, atuou nos anos 80 no jornal Presencia. Esse diário, conta ele, era ligado à Igreja Católica e foi referência de bom jornalismo no país até o início dos anos 90.

Depois da passagem pelo Presencia, Delfin conta que ainda atuou alguns anos na imprensa comercial do país, em jornais como La Razón e La Prensa: "Conheço de dentro como esses jornais manejam a informação. Antigamente ainda era possível atuar porque havia um respeito à notícia, não a manipulavam como agora, restringiam-se às páginas de opinião. Hoje estão lidando com a informação sem nenhum respeito, tratam-na como bem comercial, não social".

A subida ao poder de Evo gerou efeitos poderosos na mídia comercial, segundo ele: "Esse respeito à informação ocorria quando não havia ameaça ao velho sistema político. Quando ele caiu, com o início do governo de Evo, os meios de comunicação viraram trincheiras, hoje eles fazem oposição política frontal".

O jornalista conta que a direita recebeu com agressividade a criação de El Cambio: "Dizem que estamos violando a liberdade de expressão. Mas olhe como está o país, apesar de se terem cometido vários abusos, não há nenhum jornalista preso ou processado aqui. A liberdade de imprensa é plena na Bolívia e não vamos permitir que ela seja rompida. Só que não podemos também permitir que ela não seja usada para tratar a informação como bem social que é".

Na primeira edição de El Cambio, que imprimiu cerca de 5 mil exemplares distribuídos pelo país - a tiragem ainda está aumentando, conforme a capacidade de distribuição, e ainda não está estabilizada -, foi publicada uma entrevista exclusiva com Evo. Delfin foi um dos entrevistadores e conta que o próprio presidente lhe afirmou, logo após esse encontro: "Ele nos disse que está apoiando o jornal, mas não quer propaganda do governo, quero que dêem informações corretas sobre nossa gestão. 'Vocês devem dar uma aula de jornalismo aos meios comerciais', ele completou".

Mesmo com o aval público de Evo, Delfin conta que foi procurado por diversos dirigentes partidários e de movimentos sociais na semana seguinte ao lançamento do jornal: "Cada um quer nos dar sua receita, eles nos dizem 'agora temos nosso jornal, vamos poder golpear a direita também', e eu até entendo, porque estão desesperados para que haja mais meios alternativos no país. Só que o que nós faremos será simplesmente tratar a informação como bem social, com um manejo plural, responsável e veraz da informação. Isso nos fará independentes".

Para ele, comunicação "estatal" é algo muito diferente de simplesmente "defender o governo": "Quem tem de fazer defesa do governo é o Soberania, que é o semanário do MAS [partido de Evo]. Nós somos outra coisa, não vamos virar governamentais". Ele tampouco pensa em concorrer com a mídia comercial: "Nós não queremos nos comparar com ninguém, só queremos ser uma alternativa para a população".

A receita da equipe de Delfin para o diário estatal inclui espaço inclusive para a oposição ao governo. "Eu tenho pedido à equipe mais presença da oposição, aliás. Se dizem algo que merece destaque, tem de estar no jornal", diz ele, quando perguntado se não houve reclamação de algum integrante do governo pelo destaque em capa dado na edição do dia da entrevista a declarações de Ruben Costa, prefeito de Santa Cruz que é um dos mais duros adversários do governo.

Na seção internacional, El Cambio vem publicando artigos de diversas fontes, inclusive desta Carta Maior. O futebol também é destaque. No dia em que conversamos, o Cambio também destacava na capa a derrota do Real Potosí para o Palmeiras, por 5 a 1. "Neste país, somos todos fanáticos por futebol, do motorista de ônibus ao presidente. Cobrir futebol aqui é um serviço social. No futebol, quando joga nossa seleção nacional, não há 'media luna', estamos todos unidos". diz ele, em referência à região oriental do país, foco da oposição e de idéias separatistas.

Os próximos passos do diário incluem a instituição de mecanismos de controle social, agora consagrados pela nova Constituição: "O mecanismo não está definido. Vamos fazer, só que ainda não sabemos como. Por enquanto, estamos tratando de trazer pluralidade às páginas de opinião". Para Delfin, o maior desafio é a auto-sustentação: "É o mais importante para nós. Esse diário não pode ser um peso para o Estado". Por enquanto, o jornal tem publicado anúncios de empresas estatais e é vendido em banca a 2 bolivianos (o equivalente a R\$ 0,70).

Inflação avança em SP e atinge 0,46% em janeiro, aponta Fipe (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Agência Brasil

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), ficou em 0,46%, em janeiro, na cidade de São Paulo. Esse resultado indica aceleração na taxa na comparação com dezembro (0,16%). As maiores altas, em relação a dezembro passado, foram registradas nos grupos educação (5,95% ante 0,08%), alimentação (0,68% ante -0,54%) e saúde (0,42% ante 0,04%).

Dos sete grupos pesquisados, dois apresentaram deflação: transporte (-0,30%) que, no fechamento de dezembro passado, havia oscilado em 0,18%, e vestuário, com -0,56% ante 1,22%, na mesma base de comparação. Os demais grupos tiveram, em relação ao último mês de 2008, as seguintes variações: habitação, com 0,21% ante 0,23%, e despesas pessoais, como 0,59% ante 0,88%.

Pesquisa da Perseu Abramo mostra preconceito contra comunidade LGTB (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Informes

Nova pesquisa das Fundações Perseu Abramo e Rosa Luxemburg revela que por trás da imagem de liberalidade o brasileiro é extremamente preconceituoso em relação à população LGTB. A pesquisa é do Núcleo de Opinião Pública (NOP), intitulada Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, Intolerância e respeito às diferenças sexuais nos espaços público e privado.

Leia texto (em pdf anexo) de Gustavo Venturi, doutor em Ciência Política e mestre em Sociologia pela USP. Ele é coordenador do NOP e diretor da Criterium Assessoria em Pesquisas.

Produção industrial cai 12,4% em dezembro, a mais acentuada redução da história (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Agência Brasil

Rio de Janeiro - Em dezembro de 2008, a produção industrial recuou 12,4% frente a novembro, na série com ajuste sazonal. Foi a redução mais baixa da série histórica - iniciada em 1991 - e também o terceiro ano consecutivo, nessa comparação, com resultado negativo. Em relação ao mesmo mês de 2007, a queda foi de 14,5%. O setor automobilístico registrou a maior retração, de quase 40%.

A produção industrial acumulou 3,1% em 2008, crescimento inferior ao acumulado em 2007 (6,0%). A produção no último trimestre de 2008 também recuou (9,4%) na comparação com o período. As informações constam da pesquisa Produção Industrial Mensal, divulgada hoje (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com exceção de celulose e papel (0,4%) e outros equipamentos de transporte (6,7%), os demais 27 ramos pesquisados registram desempenho negativo. A indústria de veículos automotores teve queda de 39,7%, e representou o maior impacto negativo no índice global, seguido por máquinas e equipamentos (-19,2%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-48,8%), metalurgia básica (-18,3%), borracha e plástico (-20,1%), indústria extrativa (-11,8%) e outros produtos químicos (-9,0%).

O estudo aponta que os setores mais prejudicados foram justamente aqueles mais sensíveis à restrição de crédito e à queda das exportações de commodities.

Vigher atrasa pagamentos e ainda quer indenização milionária (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por CUT-RO

A empresa Vigher de Serviços de Segurança ingressou com o processo número 0011.2009.001.14.00-6, na primeira Vara do Trabalho da Capital, no qual admite ter atrasado pagamentos de salários e benefícios, mas requer uma milionária indenização, por supostos danos morais e materiais no valor de R\$ 2.640.000,00, contra o Sindicato dos Vigilantes (SINTESV). Na própria petição protocolada na Justiça do Trabalho, a empresa admite textualmente que "ocorreu atrasos nos meses de setembro e outubro 2008".

A VIGHER admite, ainda, várias outras irregularidades trabalhistas, como o atraso no pagamento de diferenças salariais decorrentes do Dissídio Coletivo, ocorrido em julho de 2008, e que deveriam ter sido pagos no mês subsequente, os quais "começaram a ser pagos, tanto que pagou a primeira parcela no mês de outubro".

Em relação a férias a empresa confessa, também, que "os trabalhadores que entraram em gozo de férias nos meses de setembro e outubro tiveram um pequeno atraso no pagamento do adicional".

Para tentar justificar o milionário pedido, a Vigher alega que o Sindicato teria causado danos à sua imagem e prejuízos em contratos ao denunciar essas irregularidades.

Além disso, questiona procedimentos internos da entidade sindical que deliberou em uma assembléia ficar em "estado de greve", ou seja, manter a categoria mobilizada contra tais abusos. Segundo as alegações da empresa o estatuto exigiria "maioria dos associados", mas teria se esquecido de mencionar, propositalmente, que o mesmo prevê que "em segunda votação com qualquer número".

A empresa chega ao ponto de questionar a decisão soberana do SINTESV de proibir a participação de patrões em uma assembléia de trabalhadores.

O processo é continuação de outra medida judicial que impediu liminarmente a realização de uma assembléia, em novembro passado, que iria deliberar sobre uma possível greve a partir de 1º de dezembro último, caso a Vigher não tivesse regularizado os débitos trabalhistas.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) a questão é muito preocupante, pois, de um lado, a empresa admite na Justiça que descumpriu vários direitos trabalhistas; por outro, busca nesta mesma Justiça impedir a ação sindical em defesa dos trabalhadores e ainda pleiteia uma milionária indenização.

Agência de Desenvolvimento do Grande ABC vai participar do seminário sobre a crise (CUT Nacional) 03/02/09

Escrito por Tribuna Metalúrgica

O diretor executivo da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, Fausto Cestari, confirmou na sexta-feira passada (30) a participação da entidade no seminário que será realizado na região para definir ações de enfrentamento da crise econômica internacional.

"Estamos dentro desse debate. Não tem como a Agência não entrar nessa discussão", disse Cestari, durante encontro com Rafael Marques, vice presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e Adonis Bernardes, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

A Agência, criada em 1998, tem participação do empresariado e das associações comerciais, dos prefeitos, faculdades e sindicatos da região. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável do ABC.

Para Rafael Marques, a participação da Agência fortalece a idéia de reunir todos os atores em torno de um grande debate que aponte ações de consenso.

"Vamos, agora, procurar o governo estadual, pois queremos a participação do governador nesse debate. O presidente Lula já confirmou apoio e disse que mandará ministros para participar do seminário", disse.

Rapidez - Segundo Cestari, muitas empresas já sofrem com a falta de crédito e precisam de ações de curto prazo, que sejam rápidas e eficazes: "As pequenas e micro empresas precisam de uma injeção de dinheiro nas veias".

Ele disse ainda que é possível trabalhar formas de consenso entre os governos, as empresas e sindicatos que impeçam as demissões de trabalhadores.

Rafael afirmou que o seminário deve ter forte caráter regional, estabelecendo ações conjuntas que sinalizem para superação da crise em todo o País.

O autoritarismo continua em São Paulo (CUT Nacional – Ponto de Vista) 03/02/09

Escrito por Maria Izabel Azevedo Noronha é presidente da Apeoesp e membro de Conselho Nacional de Educação

A batalha judicial entre o governo e os professores ainda não terminou

Bebel, presidenta da Apeoesp Os professores da rede estadual de ensino prosseguem sua batalha judicial contra o governo do Estado, em defesa de seus direitos com relação à atribuição de aulas de 2009.

Assim, a APEOESP está ingressando com agravo regimental junto ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo em vista decisão do desembargador Leme de Campos, que no dia 23/01/2009 voltou atrás em decisão anterior de não conceder efeito suspensivo da liminar concedida à ação civil pública impetrada pelo Sindicato para suspender os resultados da chamada "provinha" dos ACTs para efeito da atribuição de aulas. O desembargador, desta forma, atendeu solicitação da Secretaria Estadual da Educação não prevista no regimento do TJ.

Caso persista a decisão de não manutenção da liminar concedida ao Sindicato, a entidade ajuizará mandado de segurança coletivo. Portanto, a batalha entre o governo e a categoria não terminou.

Na realidade esta atual batalha originou-se da greve da nossa categoria, realizada entre 13 de junho e 04 de julho de 2008, pela revogação do Decreto 53037/08, alterado pelo Decreto 53161/08, regulamentado pela Resolução 69/08, que modificou o processo de atribuição de aulas, impondo aos professores admitidos em caráter temporário, aos estáveis e aos que pretendem ingressar na rede estadual uma prova seletiva. Na prática isto significa a imposição de regras novas para contratação de quem já é contratado pelo Estado.

O governo estadual desrespeitou a APEOESP e os professores ao não cumprir o acordo proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho ao final da greve, não publicando - antes da realização da "provinha" - os critérios de contagem de tempo para garantir que teriam o mesmo peso da nota da prova para efeito da classificação de cada professor para a atribuição de aulas. Na prática, o governo rasgou o Estatuto do Magistério.

Além desta razão, a APEOESP ingressou na Justiça diante das irregularidades verificadas durante a aplicação da "provinha", entre elas o "vazamento" do conteúdo e gabaritos da prova; conteúdo diverso do que havia sido publicado no regulamento; professores efetivos ministrando a prova aos demais professores; e outras. Tais irregularidades foram comprovadas e documentadas graças à estrutura montada pela APEOESP na sede central, nas subsedes e, inclusive, no site da APEOESP e foram levadas em conta na concessão da liminar e, agora, desconsideradas.

Nossa luta é pela garantia do concurso público de provas e títulos como única forma de ingresso no serviço público e que seja considerado o tempo de serviço daqueles que já têm experiência na rede pública de ensino. Fato curioso, aliás, é que a secretária da Educação pretenda excluir professores com experiência quando, em outras áreas, a experiência profissional, de no mínimo três meses, é requisito fundamental. Ou seja, a secretária está na contramão de toda e qualquer forma de contratação hoje vista na sociedade brasileira.

Também é preciso assinalar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional considera fundamental a experiência adquirida, tanto pelos educador quanto pelo educando.

Assim, é preciso que a secretária da Educação sintonize-se com a própria legislação educacional, lembrando que a LDB em vigor é oriunda de um governo da qual ela fez parte, como integrante do Ministério da Educação e, hoje, busca subterfúgios para punir os professores. Na verdade, parece que a secretária faz parte da turma dos que dizem "esqueçam o que eu escrevi e façam o que eu mando".

Não contra a avaliação profissional, mas queremos regras justas, com o objetivo de promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem. E o concurso público é esta forma de avaliação.

Em outro contexto poderia ser aceitável um debate sobre um processo de avaliação profissional, mas não neste caso, no qual, segundo a secretária da Educação, a prova serviria para avaliar a capacidade dos professores de apreender as "guias curriculares". Ademais, se essa prova serviria apenas para classificar os professores, isto é dispensável, pois para isto já existe a contagem por tempo de serviço, como prevê o Estatuto do Magistério.

Depois de pretender-se "defensora dos professores" e ter de enfrentar uma greve de 22 dias, a secretária da Educação agora diz que a APEOESP "não pensa nos alunos" e que ela, sim, pensa. Trata-se obviamente de uma falsificação, tendo em vista que os estudantes não estão satisfeitos com este governo. Aliás, devemos perguntar quando a secretária sequer dialogou com as entidades estudantis, para que, agora, tente se fazer passar por representante dos alunos.

Consideramos que processos seletivos como o que o governo estadual tenta impor não contribuem para a melhoria da educação pública. Avaliação do trabalho do professor, gestão educacional e qualidade do ensino são assuntos complexos que não podem ser equacionados com "provinhas" deste tipo.

Crise mundial traz sofrimentos e oportunidades (CUT Nacional – Ponto de Vista) 03/02/09

Escrito por José Carlos Guedes é presidente da CNTV (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Vestuário)

José Carlos Guedes é presidente da CNTV (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Vestuário)A crise econômica mundial, detonada pela quebra do mercado hipotecário norte-americano, acarreta enormes transtornos e sofrimentos na vida de muitos milhões de pessoas. A ONU avalia que destruirá 50 milhões de postos de trabalho em todo o planeta.

Mas, crises dessa magnitude servem também para condenar ao lixo da história as teorias e as práticas que a provocaram. A crise econômica atual - a maior que o mundo sofre desde a de 1929, desmascarou as teorias e receitas neoliberais. No Fórum Econômico de Davos, realizado nesse final de janeiro reunindo a nata dos banqueiros e especuladores financeiros do mundo teve clima de velório. Agora os bufunfeiros sabem que suas atividades especulativas não mais serão protegidas pelo segredo e pela falta absoluta de regulamentação como foram nas últimas décadas, desde que o governo britânico da "virgem de ferro" - Margareth Thatcher, iniciou a onda neoliberal, imitada pelos agentes dos bufunfeiros de todo o mundo, inclusive aqui no Brasil pelo PSDB.

Uma crise muito menor do que essa, que surgiu na Rússia, em 1998 e 1999, quebrou o Brasil de Fernando Henrique Cardoso. Sem reservas, desindustrializado e sem crescimento econômico, o frágil Brasil dos tucanos e demos quebrou e teve que ser recolhido pela UTI do Fundo Monetário Internacional.

Agora, mesmo diante de uma crise imensamente mais séria, mais ampla e mais profunda, o Brasil é um dos poucos países importantes - ao lado da China e da Índia, que continuará a crescer, ainda que em ritmo menor que os 6% obtidos em 2008.

Lula comanda o País com maestria, firmeza e acerto. Quando a oposição propõe cortes nos salários e nos gastos públicos, Lula faz exatamente o contrário. Dá novo aumento real para o Salário Mínimo e Amplia os investimentos públicos. Além de garantir meio bilhão de Reais para as obras do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento, o governo federal lança o maior plano de construção de casas populares da história do País para construção de um milhão de residências para famílias de baixa renda.

Na indústria calçadista os curtumes perdem muitas exportações, mas isso ajuda a indústria de artefatos e de calçados, que cresceu em 2008 e começou 2009 a todo vapor, vendendo 6 bilhões de Reais na Feira da Couromoda. Sob novo câmbio, muito mais realista, com o dólar valendo R\$ 2,30, nossa indústria retoma competitividade tanto no mercado interno como no mercado externo.

Algumas empresas brasileiras - como a Aracruz e a Sadia, que tiraram dinheiro de sua atividade produtiva para especular com a supervalorização do Real, quebraram a cara e amargam prejuízos. Filiais de empresas cujas matrizes foram duramente atingidas pela crise nos EUA, Europa e Japão, como é o caso da GM, passam por dificuldade, mas são ínfima minoria.

É claro que já aparecem oportunistas, que alardeando a crise (que aliás, não chegou aqui) querem reduzir salários e direitos trabalhistas e os assustados que, em cima de cenários futuros fantásticos, querem reduzir a folha de pagamento.

Como diz o presidente Lula: "encaremos a crise econômica mundial com otimismo, como uma oportunidade para o país crescer ainda mais".

GCM: após dar o sangue, manifestação na Câmara paulistana (CUT/SP) 03/02/09

Luiz Carvalho

Representantes do Singuardas (Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos) – CUT/SP realizam um ato nesta terça-feira (03) diante da Câmara Municipal de São Paulo, a partir das 13h, para cobrar dos vereadores a derrubada do veto do prefeito Gilberto Kassab à lei 14.879/09.

Na prática, a decisão de Kassab retirou da guarda a função para a qual foi criada: estabelecer um vínculo com a comunidade para defender o patrimônio público e os filhos dos trabalhadores nas escolas municipais. No projeto para higienizar a cidade, o prefeito acredita que o agrupamento deve agir como uma simples tropa de fiscalização de vendedores ambulantes. Além disso, a GCM também exigirá condições dignas de trabalho.

Pela manhã, os guardas estiveram ainda no Hospital das Clínicas, no Hospital do Campo Limpo e no Hospital do Servidor Público para doar sangue. Apenas do Hemocentro das Clínicas mais de 300 pessoas compareceram para participar do protesto solidário.

As manifestações fazem parte de uma campanha por mais investimentos na Corporação. Desde o início do ano, o Sindguardas-CUT/SP, entidade que possui 3.300 trabalhadores filiados, tenta agendar um encontro com o Secretário Municipal de Segurança, Edson Ortega, que evita o diálogo.

Diante da postura intransigente, os trabalhadores realizaram paradas técnicas nas inspetorias de fiscalização do comércio ambulante de Santo Amaro, Mooca, Lapa e Centro. As ações fizeram com que o inspetor Joel Malta de Sá, comandante da GCM, convocasse uma reunião no último dia 23. Na ocasião, Malta se comprometeu a agendar uma audiência com o Ortega para que os guardas pudessem apresentar as reivindicações, mas não houve qualquer avanço neste sentido e, portanto, a mobilização continuou.

Sem estrutura

Os trabalhadores sofrem com a falta de infra-estrutura para realizar a fiscalização dos vendedores ambulantes. Entre 20 e 30 guardas atuam junto a cinco mil vendedores. Para realizar o trabalho corretamente, o efetivo deveria ser três vezes maior.

O problema, porém, não para aí. Sem capacetes e escudos, os trabalhadores da segurança pública ainda ficam vulneráveis a agressões. “Temos mais de 3500 coletes à prova de balas vencidos. Nossos companheiros precisam fazer rodízio de coletes na maior cidade da América Latina”, comentou Clóvis Roberto Pereira, Secretário de Finanças do Sindguardas – CUT/SP.

As condições de higiene também são péssimas, já que os integrantes da GCM não dispõem de banheiros químicos, tampouco de água e alimentação.

CUT e Agricultores Familiares se reúnem com vice-prefeita de Bauru (CUT/SP) 03/02/09

Subsede da CUT em Bauru

Na manhã desta terça-feira, dia 02, o Coordenador da Subsede de Bauru da CUT/SP, companheiro Chicão e membros da direção da COOPERTRAF (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Bauru e Região) participaram de uma reunião com a Vice Prefeita de Bauru, Estela Almagro (PT). A atividade teve o objetivo de apresentar formalmente para a administração de Bauru, a Cooperativa fundada em 2008 pelos assentados de Aymorés e acampados de Brasília Paulista, ambos projetos de reforma agrária ligados à FAF/CUT.

Almagro sinalizou possíveis parcerias com o município, principalmente sobre produções específicas e seu escoamento. Segundo servidores da Secretaria de Agricultura de Bauru que acompanharam a reunião, uma das possibilidades de escoamento da produção de determinados produtos se refere à utilização das feiras livres que acontecem de terça a domingo em diversos pontos da cidade.

Também foi discutida na reunião, a MP (Medida Provisória) que entrou em vigor na semana passada e que obriga as escolas públicas em utilizar 30% dos produtos da merenda escolar oriundos da Agricultura Familiar.

A CUT realizará uma outra reunião, ainda nesta semana, com Assessores da Administração de Bauru para o aprofundamento de informações inerentes ao Assentamento de Aymorés e COOPERTRAF.

Taubaté: Fórum debate movimentos sociais e sindical (CUT/SP) 03/02/09

Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté – CUT/SP

O Sindicato participou no dia 30 de janeiro da atividade Precarização da Vida e do Trabalho: Experiências Concretas dos Trabalhadores em luta por uma vida melhor, promovida pelo Tie-Brasil e seus parceiros no Fórum Social Mundial 2009 em Belém do Pará.

O presidente Isaac do Carmo foi um dos expositores do debate que reuniu sindicalistas de diversos países como Rússia, Marrocos, Chile, Argentina e México.

A idéia da atividade foi mostrar através de relatos de trabalhadores de vários países que os movimentos Operário e Sindical e os trabalhadores tem papel fundamental na luta por transformações sociais e econômicas e que só haverá avanço contra o capitalismo se as lutas populares, trabalhistas, sindicais e sociais estiverem coordenadas entre si.

Isaac do Carmo e representantes dos metalúrgicos na Ford da Rússia falaram sobre as experiências de organização nos dois países, bem como as sindicalistas mexicanas que falaram sobre a precarização da mão de obra no setor de Autopeças e suas formas de luta contra a exploração do Capital.

Sindicalistas do Marrocos comentaram sobre as dificuldades dos trabalhadores rurais daquele país e dirigentes chilenos explanaram as relações trabalhistas nos setores público e privado.

"É um momento de unificação prática das lutas, respeitando a diversidade e autonomia dos movimentos presentes, mostrando porque estamos organizados e para onde queremos ir", disse o presidente Isaac.

Sindicato pára Casa 3 contra desrespeito (CUT/SP) 03/02/09

Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região – CUT/SP

O Sindicato está desde as primeiras horas desta terça-feira, dia 3, em frente ao Casa 3, do Santander, protestando contra as demissões anunciadas em janeiro e para exigir seriedade do banco no processo de negociação com os trabalhadores. O Santander interrompeu na semana passada, sem previsão de retorno, seis meses de negociações com os bancários. Isso aconteceu alguns dias depois do anúncio de cerca de 400 demissões no país.

"Apresentamos durante o processo propostas concretas para minimizar os efeitos da crise e evitar demissões, mas nada disso foi levado em conta, as demissões aconteceram e as negociações foram interrompidas sem nenhuma explicação. Enquanto isso, os acionistas são premiados com crescimento na distribuição dos dividendos", afirma Maria Raia, diretor do Sindicato.

Cerca de 1.800 bancários permanecem do lado de fora da unidade em protesto contra a postura desrespeitosa do banco com relação aos seus funcionários e ao Brasil. Raia lembra ainda que o lucro recorrente do banco no Brasil em 2008 cresceu quase 10% em relação a 2007, o que torna ainda mais imoral e irresponsável as centenas de demissões anunciadas.

Por volta do meio dia, será realizada uma assembléia no local para decidir se a paralisação será interrompida ou se prosseguirá até o final do dia.

SITES PESQUISADOS









O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Marcelo Fiorio - Coordenação: Lílian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

